



MAYARA FRANCIELE PANTALEÃO

FEMINISMO NEGRO NOS ANOS 1980:
CONTRIBUIÇÕES DE ANGELA DAVIS, bell hooks E LÉLIA GONZALEZ

CAMPINAS

2019



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ECONOMIA**

MAYARA FRANCIELE PANTALEÃO

**FEMINISMO NEGRO NOS ANOS 1980:
CONTRIBUIÇÕES DE ANGELA DAVIS, bell hooks E LÉLIA GONZALEZ**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Bacharela em Ciências Econômicas, sob a orientação do Professor Doutor Eduardo Barros Mariutti.

CAMPINAS

2019

Agradecimentos

Sou grata à vida pelos tantos encontros, e também pelas alegrias diárias no Instituto de Economia: a disputa dos carcarás pela caça, o canto dos tucanos no final da tarde nas árvores mais altas do bosque, os abacateiros carregados, entre tantas outras coisas miúdas que testemunhei. Aproveito este espaço para registrar meus agradecimentos a todas as pessoas que muito me ajudaram ao longo da graduação na Universidade Estadual de Campinas.

À minha família, que tanto me ensina sobre o amor. À minha mãe, Laudicéia, por ser a minha referência primeira de resistência de uma mulher negra. Você é fundamental na minha vida: os valores que você me passou têm raízes em mim, levo para todas as relações. À Aline, quem eu sinto que mais me aceita completamente, que me permite ter a liberdade para ser quem sou, sem julgamentos. O seu conhecimento sobre mim é tão anterior, que eu me permito a maior sinceridade, porque nunca serei desconhecida para você. À Vanessa, seu coração é gigante, queria te colocar dentro de mim e te proteger, mas conheço a sua força, me desculpe pelas ausências. Ao Bruno, que mesmo distante confio no seu amor. Ao meu pai, Luiz, que me faz prestar atenção nas simples coisas.

À Lídia, pela parceria diária, quem mais proximamente me acompanhou nesses anos, você foi alguém que tive prazer em encontrar *todos* os dias, sentia falta quando isso não acontecia. Agradeço por acobertar todas as minhas fugas e compartilhar nos anos em que moramos juntas o cuidado dos nossos bichos e das plantas.

À Ana, por me inspirar no viver com forças de lugares outros nos momentos em que é mais posta à prova. Admiro profundamente você e a sua família. Também foi por você que me apaixonei pelas noites, pelos sambas, forró, e me comprometi com os carnavais até o raiar da manhã.

À Mel, pela confiança. Me aproximar de você foi uma conquista, me sinto honrada por sermos amigas. Obrigada por partilhar seus conhecimentos, suas vivências, seus recursos, e suas gargalhadas, que tão de dentro, nos contagiam.

À Maya, pela intimidade da nossa amizade. São tantos anos de estar perto, de acompanhar mudanças e momentos importantes. Tenho muito orgulho da mulher que nos tornamos. Sempre terá lugar para você na minha vida, porque me reconheço em tudo que já vivemos juntas. Me senti mais segura no IE com você por perto.

À Dai, por me guiar nos muitos caminhos de arrebatamento em mim: sobre como me apropriar da carne da minha voz. Obrigada por dividir comigo as suas descobertas. Você é uma artista incrível, me surpreende a sua constante busca pelo equilíbrio consciente no canto, para reagir e louvar à beleza sem ser tragada.

À Nina, pela generosidade, você é grandiosa. Obrigada por compartilhar comigo toda a sua sabedoria. Nos tempos de Ciranda, aprendi muito com você sobre comprometimento e o potencial da Educação Popular. Também agradeço por confiar em mim e abrir espaços para eu participar da vida da sua filha, Tetê, que é uma amiga muito querida.

À Paola, pela companhia, valorizo muito o seu primor no cuidado da casa, dos bichos e das plantas, é prazeroso morar com você.

Às amigadas que fiz através do coletivo EJA: Rena, Lara, Carol, Julia, Mariel, Luciene, Dionara e tantas outras mulheres que não tenho mais contato, mas me recordo com muito apreço. Às crianças que conheci na Ciranda e que tanto se doavam, agradeço pelo tempo que passamos juntas.

À Flávia, pela sensibilidade, gosto da forma como você se relaciona e do cuidado que tem com as pessoas. Ao Mat e ao Eric, vocês foram companhias importantes no Instituto, sempre fiquei contente por encontrá-los.

Ao Ricardo, pela afinidade e longas conversas, também agradeço por poder contar com você para cuidar dos bichos. Ao Kiko, pela mesma admiração ao cinema, nossos encontros no cineclube foram muito proveitosos.

À Profa. Ana Lucia que me inspira no ofício, pelo afeto e preocupação com as alunas/os. Ao Prof. Dari, pela compreensão e acolhimento nos momentos de maior fragilidade. Ao Prof. Cordovano, pela proximidade, agradeço pelas escutas e por ter me apresentado a marginalidade no cinema brasileiro. À Profa. Yara Frateschi, suas aulas foram fundamentais para o meu trabalho, as discussões que tivemos refinaram as minhas análises. Admiro o seu comprometimento para alterar a realidade acadêmica, aproveitando-se dos seus espaços de atuação como filósofa no IFCH para visibilizar outros debates.

Às funcionárias/os do Instituto, que muito me ajudaram. Na secretaria, agradeço especialmente ao Sassá pela paciência e apoio com os prazos. Também agradeço à Alexandra (Alê), que no último ano estivemos juntas na biblioteca, você é muito afetuosa, sempre sentia o seu bem-querer.

Ao meu orientador, Eduardo Mariutti, agradeço pela confiança e liberdade na escolha do tema e das leituras.

À Laíssa Ferreira, pela disponibilidade em participar da banca, fico muito feliz por você ser a mulher que vai ler o meu trabalho, é muito importante se sentir representada.

Meus agradecimentos especiais à Ana, à Mel, à Nina, à Maya e ao Kiko, pelo carinho com que leram e corrigiram o meu trabalho, os seus apontamentos foram muito importantes e me ajudaram a melhorá-lo.

Resumo

O meu objetivo neste trabalho é mapear a produção feminista negra estadunidense e brasileira nos anos 1980. A partir das obras e trajetórias das estadunidenses Angela Davis e bell hooks, e da brasileira Lélia Gonzalez, analiso as suas contribuições para o pensamento feminista negro. Pelas lentes de mulheres negras que ocupavam posições de marginalidade, as autoras se empenharam na reconstituição da condição feminina negra: são potentes os seus estudos sobre o entrelaçamento das opressões - de sexo, raça e classe -, que remontam à situação da mulher negra escravizada. Mas em suas investigações sobre as relações de poder, além da sujeição, elas resgataram as muitas resistências, porque as mulheres negras foram insurgentes ativas na reivindicação de sua humanidade, através do fortalecimento de si e da sua comunidade. Suas obras apelam para a união das lutas feminista, antirracista e anticapitalista, pois a libertação exige o enfrentamento de todos os sistemas de dominação.

Palavras-chave: Feminismo negro, Pensamento feminista negro, Mulheres negras, Sexo, Raça, Classe

Abstract

My goal in this paper is to map black feminist production in the United States and Brazil during the 80s. From the works and trajectories of the Americans Angela Davis and bell hooks, and the Brazilian Lélia Gonzalez, I analyze their contributions to black feminist thought. Through lenses of black women that occupied marginal positions, these authors pledged to reconstitute the black feminine condition: their studies about intertwining oppressions - sex, race, and class - are potent and reassemble to black's women slavery situation. In their investigations about power relations, beyond subjection, they also redeem many resistance forms. Black women were active insurgents in claiming their humanity by strengthening themselves and their community. Their work appeal to unite feminist, anti-racist and anti-capitalist fights because liberation demands struggling all domination systems.

Keywords: Black feminism, Black feminist thought, Black women, Sex, Race, Class

SUMÁRIO

Apresentação	9
Capítulo 1 - Temas centrais no pensamento feminista negro	11
Capítulo 2 - Feminismo negro estadunidense: contribuições de Angela Davis e bell hooks nos anos 1980	18
2.1. Considerações iniciais	18
2.2. Angela Yvonne Davis	18
2.2.1. Trajetória de Angela Davis	18
2.2.2. Mulheres, Raça e Classe (DAVIS, 2016)	26
A condição das mulheres negras durante a escravidão	27
As promessas de aliança entre as lutas: pela libertação negra e pelos direitos políticos das mulheres brancas	33
Casamento entre racismo e sexismo no movimento sufragista feminino branco	38
Conquista do voto feminino: luta das mulheres brancas trabalhadoras e das mulheres negras	40
Aspectos da libertação: distanciamento do trabalho doméstico e acesso à educação	41
As falhas no movimento feminista hegemônico contemporâneo	43
Contribuições de Angela Davis para o pensamento feminista negro	47
2.3. bell hooks	48
2.3.1. Breve biografia de bell hooks	48
2.3.2. Não sou eu uma mulher? Mulheres negras e feminismo (hooks, 1981)	50
Os mitos sobre a mulher negra e o homem negro	52
Sexismo dos homens negros	56
Racismo das mulheres brancas	58
Importância do feminismo para as mulheres negras	61
Considerações finais sobre a obra de bell hooks	63

Capítulo 3 - Feminismo negro brasileiro: o pensamento de Lélia Gonzalez _____	65
3.1. Considerações iniciais _____	65
3.2. Trajetória de Lélia _____	66
3.3. O pensamento de Lélia _____	69
O mito da democracia racial e a categoria de amefricanidade _____	69
A defesa do feminismo afrolatinoamericano _____	73
Conclusões sobre os escritos de Lélia _____	76
4. Conclusão _____	77
5. Referências Bibliográficas _____	80

Apresentação

Ain't got no/I got life¹

Ain't got no culture
Ain't got no mother, ain't got no father
Ain't got no brother, ain't got no children
Ain't got no aunts, ain't got no uncles
Ain't got no love, ain't got no mind
(...)

Then what have I got?
Why am I alive anyway?
Yeah, hell
What have I got?
Nobody can take away

I got my hair, got my head
Got my brains, got my ears
Got my eyes, got my nose
Got my mouth
I got my
I got myself
(...)

I got my tongue, got my chin
Got my neck, got my boobs
Got my heart, got my soul
Got my back
I got my sex

A apresentação de Nina Simone, em Londres, no ano de 1968, é representativa sobre o meu objetivo neste trabalho. Me aproprio de sua famosa canção e ousou falar especificamente sobre as mulheres negras, apesar de seu intuito, naquele contexto, ser mais abrangente.

Além de cantora, pianista e compositora, Nina foi importante ativista na luta pelos Direitos Civis da população negra estadunidense nos anos 1960. Nas primeiras estrofes, temos contato com formas estranhas de representação da mulher negra, que exaltam aquilo que falta, o que não se tem. Sob esta perspectiva anulou-se a subjetividade, elas não foram vistas como seres humanos plenos. Mas o que me interessa e me toca profundamente é a inflexão, o ponto de virada: neste momento, Nina, intérprete impecável, afunda os dedos no

¹ A música *Ain't got no/I got life* foi composta por James Rado, Gerome Ragni e Galt MacDermot. A interpretação de Nina pode ser vista pelo endereço: <https://www.youtube.com/watch?v=2G1jWZFEcMo> e a tradução pode ser consultada em <https://www.letas.mus.br/nina-simone/36305/traducao.html>.

piano e de modo assertivo me questiona sobre o porquê estou viva, se tanto me falta? E pela firmeza de um sorriso que ainda não tinha aparecido, sinto sua alegria: ela faz com que me veja nela, e em tantas outras mulheres negras, não mais pelo que nos falta, mas por aquilo que temos em comum e que nos une. E que no limite, também é comum a outros seres humanos, afinal “I’ve got headaches, and toothaches/ And bad times too like you”². Mas infelizmente precisamos clamar por igualdade.

De forma honesta situo as possíveis leitoras e leitores: eu fui a maior beneficiada com este trabalho, e essa era a minha intenção. O que as autoras movimentaram em mim não será traduzido nos moldes de uma monografia. Com elas aprendi sobre mim, sobre como me fortalecer, porque nascer uma mulher negra é uma dupla experiência, não é possível desassociar. Não quero me arrepender por não ter nascido um homem branco, ao contrário, me orgulho de quem sou e preciso escavar no mundo espaços para que eu possa existir com dignidade.

A minha motivação na escolha do tema e da bibliografia tem relação com a falta de visibilidade dos estudos sobre as mulheres negras que considerem os seus pontos de vista, por isso decidi trabalhar apenas com autoras negras. Na segunda parte da canção, Nina emerge como personagem principal de sua vida, e rejeita as definições externas que produzem deformações. Como estudante de Economia tive dificuldades ao longo do curso para me reconhecer nas leituras, pois *os* sujeitos analisados sempre me pareceram muito distantes, com experiências divergentes das minhas. Assim como Nina, Angela Davis, bell hooks e Lélia Gonzalez e muitas outras mulheres negras - especialmente não acadêmicas, pois somos minoria nestes espaços - também não se reconheceram nas imagens alheias sobre si, e com minúcia reconstruíram os muitos tecidos que compunham as experiências femininas negras: como acompanhante nos seus percursos, testemunhei as mulheres negras ganhando corpo, carne, agência. No fim do processo, devolvi humanidade à mim, à minha mãe, à minha avó, e a tantas outras mulheres negras que não conheci/conheço, mas valorizo as suas memórias e histórias.

² Tradução livre: Tenho dores de cabeça, e de dente/E tenho horas ruins, assim como você.

Capítulo 1 - Temas centrais no pensamento feminista negro

Em seu artigo *Aprendendo com a outsider within: o significado sociológico do pensamento feminista negro*³, publicado em 1986, Patricia Hill Collins⁴ discorre sobre traços gerais do pensamento feminista negro estadunidense, que ganhou maior visibilidade a partir dos anos 1960 - na esteira dos movimentos negro e feminista. No entanto, a autora alerta que “existe uma longa e rica tradição” desta forma de pensar, e parte considerável “tem sido produzido de forma *oral* por mulheres negras comuns, em seus papéis de mães, professoras, músicas e pastoras” (COLLINS, 2006, p. 102, grifos meus). As mulheres negras sempre estiveram presentes no interior das famílias brancas, conheceram segredos, aconselharam, cuidaram dos seus “filhos brancos”, mas nunca foram reconhecidas como integrantes da família. Estar dentro e viver fora conferiu a essas mulheres uma perspectiva especial, única, no modo como elas apreendem a realidade, pois “esse *status* de *outsider within* tem proporcionado às mulheres afro-americanas um ponto de vista especial quanto ao *self*, à família e à sociedade” (p.100). Na academia, as suas visões de mundo ampliadas influenciaram em análises distintas sobre as opressões de raça, classe e gênero que enriqueceram as disciplinas, pois apesar de dolorosa, a experiência na margem funcionou como um estímulo à criatividade.

Patrícia elenca três temas chaves do pensamento feminista negro estadunidense, que identifiquei nas autoras que trabalhei, inclusive em Lélia Gonzalez. São eles: 1. autodefinição e autoavaliação; 2. a natureza interligada das opressões; 3. a importância da cultura das mulheres negras.

³ Texto original *Learning from the outsider within: the sociological significance of black feminist thought* publicado em *Social Problems*, vol. 33, nº 6, “Special theory issue”, p.14-32, December 1986. A tradução foi feita por Juliana de Castro Galvão, em 2006, que optou por manter o termo *outsider within* em inglês, por não ter uma correspondência adequada em português, para ela, os termos que mais se aproximam são “forasteira de dentro” ou “estrangeira de dentro”.

⁴ Patricia Hill Collins nasceu em 1948, na Filadélfia no Estado da Pensilvânia. Filha única de Eunice Hill, uma secretária, e de Albert Hill, um trabalhador de fábrica e veterano da segunda Guerra Mundial. No ensino superior, concluiu a graduação em Sociologia, pela Universidade de Brandeis, em 1969. Obteve o título de mestra no ano seguinte, pela Universidade de Harvard, e de doutora em Sociologia, no ano de 1984, também em Brandeis. Seus estudos sobre feminismo e gênero foram importantes para o feminismo negro. Em 1990 publicou seu primeiro livro *Black Feminist Thought: knowledge, consciousness and the politics of empowerment*. Somente trinta anos depois da publicação original, a editora Boitempo em 2019, lançou a versão traduzida para o português por Jamille Pinheiro Dias, *Pensamento Feminista Negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*.

O pensamento feminista negro se preocupou com a autodefinição e a autoavaliação das mulheres negras, pois muitos foram os estereótipos negativos criados a fim de dominá-las. Para a autora, a autodefinição diz respeito à rejeição de imagens externas baseadas em estereótipos sobre a condição das mulheres afro-americanas. Além de rejeitar imagens de controle, também se investiga as dinâmicas de poder responsáveis pela criação de tais imagens, ou seja, a quais sujeitos se outorga o poder de definição. Já a autoavaliação é uma segunda etapa do processo, se refere à substituição das imagens negativas externas por “imagens autênticas” (p.102) que correspondem mais verdadeiramente às suas experiências, isto é, determina os caminhos da autodefinição. Autodefinir-se e autoavaliar-se é fundamental para as mulheres negras resgatarem a sua condição enquanto “sujeitas humanas”. Os estereótipos têm a função de desumanizar e controlar os grupos dominados, e no caso específico das mulheres negras, elas são definidas como o “outro”, de modo extremo, posto que são “a antítese virtual da imagem positiva dos homens brancos” (p.105). Os seus comportamentos destoantes em relação ao “eixo masculino branco” (p.105) devem ser controlados, ridicularizados, a fim de manter o *status quo*, que repudia a força das mães negras e vê como ameaça a assertividade das mulheres afro-americanas.

Ao refutar os padrões que as colocam como “objetos aos quais faltam plena subjetividade humana” (p.106), as mulheres negras ressignificam as imagens de controle e se recusam a ser definidas como o outro, criando para si novos padrões, em que há espaços para valorizar os seus comportamentos considerados não femininos. Outro aspecto positivo deste processo tem relação com o fortalecimento da autoestima, pois as imagens estranhas quando internalizadas causam efeitos nocivos, deste modo, a autora argumenta que “a autodefinição e a autoavaliação não são luxos, são necessárias para a sobrevivência da mulher negra” (p.105).

O segundo tema chave trata sobre a natureza interligada da opressão, que em 1990 foi cunhado de interseccionalidade por Kimberlé Crenshaw⁵, no campo do Direito, mas sempre representou uma preocupação dentro do pensamento feminista negro. As mulheres negras tinham consciência que combater uma opressão e minimizá-la, não mudava o *status* de oprimidas, pois elas combinavam diferentes formas de opressão e seriam desumanizadas

⁵ Me aproveito da definição de Carla Akotirene sobre o termo: “a interseccionalidade visa dar instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado - produtores de avenidas identitárias em que as mulheres negras são repetidas vezes atingidas pelo cruzamento e sobreposição de gênero, raça e classe (...). Segundo Kimberlé Crenshaw, a interseccionalidade permite-nos enxergar a colisão das estruturas, a interação simultânea das avenidas identitárias” (AKOTIRENE, 2019, p.19).

pelos outros sistemas de dominação. Ao contrário dos homens negros, que contavam com os privilégios da masculinidade, e das mulheres brancas, que compartilhavam da brancura, as mulheres negras apresentavam uma “visão mais nítida” (p.107) da opressão do que os grupos mais próximos ao “eixo masculino branco” (p.105), pois não se iludiam sobre a sua subordinação.

A análise sobre a interligação não pretende adicionar um outro elemento em um sistema de opressão hierárquico, mas propõe verificar a “interação entre os múltiplos sistemas” (p.108). Patrícia mostra como pesquisadoras/es identificaram um elo entre os sistemas de dominação, explorando uma ideia básica: o pensamento dualístico do tipo isto ou aquilo, que ela denomina como “o constructo da diferença dicotômica por oposição” (p.108) que “pode tornar-se o eixo filosófico central em sistemas de opressão de raça, classe e gênero” (p.108). Esta forma de pensamento é caracterizada pela "categorização das pessoas, coisas e ideias em termos da diferença umas com as outras" (p. 108), como exemplos de termos em oposição: “branco/preto, masculino/feminino, razão/emoção” (p.108). No entanto, para a autora, essas diferenças não são complementares e implicam na oposição entre as partes. Dado que as relações de oposição são instáveis, a fim de resolver a instabilidade, uma metade é eleita como superior em relação à outra: “homens dominam mulheres, brancos dominam negros, a razão é aclamada como superior à emoção em garantir a verdade” (p.108), etc. As mulheres negras estão “subordinadas a uma série de dualidades do tipo isto ou aquilo” (p.109) e estão localizadas nas “metades inferiores” (p.109), o que reforça a dominação. Ao experienciar eixos interligados de opressão, as suas análises são mais sensíveis à complexidade dos sistemas de dominação e também aos muitos grupos marginalizados.

O terceiro tema chave refere-se à importância da cultura das mulheres negras, ao considerar saberes e valores que são produzidos e trocados entre as mulheres negras, ampliando a definição de cultura⁶. As circunstâncias materiais e históricas moldam as experiências e nos dão pistas sobre as expressões culturais possíveis e de como as mulheres negras encontraram espaços para fortalecimento de si, e também de sua comunidade. Desta perspectiva, busca-se resgatar aspectos ignorados da vivência das mulheres negras, que

⁶ [...] símbolos e valores que criam a moldura de referência ideológica pela qual as pessoas tentam lidar com as circunstâncias nas quais se encontram. Cultura... não é composta de características estáticas e discretas que podem ser movidas de um local para o outro. Ela é constantemente mudada e transformada à medida que novas formas são criadas a partir das antigas. Portanto, cultura... não surge do nada: ela é criada e modificada por condições materiais (MULLINGS, 1986a, p.13 apud COLLINS, 2006, p. 110-111).

trazem à tona histórias de resistência coletiva. Para a autora, a sororidade foi um meio de resistir, pois as mulheres negras se reconheciam profundamente nas opressões que sofriam e se ajudavam: “nos partos, nos abortos, no cuidado das crianças, nos trabalhos que desempenhavam juntas” (p.111), etc. Também se relacionavam de forma muito próxima pela maternidade, pois se responsabilizaram não apenas pelo cuidado de seus “filhos biológicos, mas também dos filhos de suas famílias estendidas e dos filhos da comunidade negra como um todo” (p.112). Além, as mães negras representavam poderoso abrigo aos valores negros frente “às ofertas concorrentes de uma cultura dominante opressiva” (p.112). A autora chama a atenção para um terceiro aspecto cultural explorado pelas feministas negras que diz respeito à expressão criativa, comum a todos os grupos sociais, mas que ganha significado especial para as mulheres negras, pois representa um refúgio: “sua criatividade é uma esfera de liberdade (...) que a ajuda a lidar com a vida cotidiana e transcendê-la” (p.112). As manifestações artísticas alimentam as mulheres negras com elementos positivos que são preciosos para a sua autodefinição e autoavaliação, pois impedem a objetificação na forma de outro e reivindicam a sua subjetividade humana.

Para Patrícia, explorar aspectos ignorados da cultura possibilitou às feministas negras compreender sobre a consciência que as mulheres negras tinham de si e da estrutura social que as oprimiam. Esta consciência foi referenciada nos espaços de sororidade, maternidade, expressão criativa; de modo geral, através das atividades nas famílias, igrejas e instituições da comunidade negra. “Além disso, essa consciência não é moldada apenas pela reflexão abstrata e racional, mas também é desenvolvida por intermédio da ação concreta e racional” (p.113). Deste modo, a relação entre consciência da opressão e ação nem sempre se concretizou de modo óbvio: a autora nos conta que as mulheres negras podiam apresentar um comportamento aparentemente passivo, mas de modo secreto se opunham ao que lhes era imposto. A consciência sobre a sua posição, isto é, por ocuparem o “escalão inferior” na hierarquia social ativou nelas o instinto de autoproteção⁷. É por este caminho que a autora mostra as muitas possibilidades de ativismo, pois em contextos de dominação em que as escolhas são limitadas, resistir internamente às imagens de controle que desumanizam, desenvolver a subjetividade e encorajar outras irmãs a também o fazerem a partir dos espaços

⁷ Audre Lorde descreve essa ocultação consciente do *self* da seguinte forma: “A fim de sobrevivermos, aqueles de nós para quem a opressão é extremamente comum, devem sempre estar vigilantes, tornarem-se familiares com a linguagem e as maneiras do opressor, chegando, às vezes, a adotá-las para se ter alguma ilusão de proteção” (LORDE, 1984, p.114 apud COLLINS, 2006, p.113).

disponíveis para ação, são formas individuais e coletivas de resistência e, portanto, se configuram em ativismo.

Collins também faz uma discussão, no campo acadêmico, sobre como a perspectiva das mulheres negras altera o estudo sociológico. A autora se limita a investigar os efeitos de outro ponto de vista na Sociologia, mas podemos pensar mais amplamente sobre contribuições para outras disciplinas das Humanidades. O pensamento feminista negro é produzido por e para mulheres negras, e como não há separação entre “estrutura e conteúdo temático” (p.115), a posição na marginalidade fez com que as mulheres negras tivessem maiores dificuldades para se inserir e se reconhecer nos paradigmas sociológicos. Por isso, é difícil que se mantenham na academia, o caminho mais saudável pressupõe o questionamento e alteração do que é considerado como “ciência normal” (p.119), para melhor encaixar as suas experiências aos paradigmas.

A autora nos fala sobre a comunidade de praticantes de um paradigma, e de como as mulheres negras ocupam a posição de *outsiders*⁸. Os *insiders* são produtores e praticantes que apresentam uma mesma visão de mundo, pertencem ao mesmo grupo social e compartilham de mesmas experiências. Como o grupo dominante representa os homens brancos abastados, para as mulheres negras se tornarem *insiders*, elas devem “assimilar um ponto de vista” (p.118) que é muito diferente da sua realidade vivenciada. Patricia explica:

(...) para elas, esse processo de questionamento pode ser mais agudo, pois o material com o qual se deparam – observações e interpretações sobre a sociedade humana influenciadas pelo homem branco *insider* – coloca a subjetividade do homem branco no centro da análise e arremessa a condição feminina de afro-americana a uma posição à margem. Ainda mais importante: as mulheres negras teriam de agir de acordo com o seu lugar em uma visão de mundo de homens brancos. Isso implica aceitar a própria subordinação ou arrepender-se do acidente de não ter nascido branca e do sexo masculino (COLLINS, 2006, p.118).

Como a maioria das mulheres negras acadêmicas negam a autodestruição que rejeita a sua subjetividade, elas identificam o que a autora denomina como *anomalias* no pensamento sociológico. Duas principais anomalias dizem respeito à omissão e distorção da condição feminina negra expressas pelos paradigmas. As mulheres negras são invisibilizadas como sujeitos humanos e também como praticantes das disciplinas. Ou, quando muito, são

⁸ *Outsider*: indivíduo que não pertence a um grupo; *insider*: indivíduo reconhecido ou aceito como membro de um grupo, categoria ou organização.

lembradas a partir de mitos que distorcem os seus comportamentos e as culpabilizam, ignorando as estruturas de opressão. Sobre este último ponto, a autora comenta:

(...) para as mulheres negras que confrontam a discriminação sexual e racial, e sabem que suas mães e avós também o fizeram, explicações para a situação de pobreza das mulheres negras que enfatizem um baixo nível de motivação para empreender realizações e a falta de capital humano feminino negro têm menos chances de soarem verdadeiras (COLLINS, 2006, p.120).

Por isso, as feministas negras se empenham na descrição verdadeira ao colocar “as vozes das mulheres negras no centro da análise” (p.121). O que Collins propõe é que as intelectuais negras familiarizadas com o discurso sociológico acrescentem as suas perspectivas especiais, “que são fundamentais não apenas para o estudo de mulheres negras, mas também para algumas das questões fundamentais que a própria sociologia enfrenta” (p.122) - por exemplo, sobre a adequação e abrangência de conceitos chaves, tais como família e trabalho (p.121). O que não significa abrir mão de participar do padrão cultural da disciplina, tornando-se uma *outsider* sociológica, nem mesmo, ignorar especificidades pessoais e culturais para participar do *insiderism*, em suas palavras:

(...) a realidade vivenciada é usada como fonte válida de conhecimento para criticar fatos e teorias sociológicas, ao passo que o pensamento sociológico oferece novas formas de ver esta realidade vivenciada (COLLINS, 2006, p.123).

Patricia conclui como as mulheres negras enriqueceram o discurso sociológico, pois os grupos marginalizados ficam obscurecidos por abordagens ortodoxas dos *insiders*. Como *outsiders within* elas subvertem os padrões de análise - considerados neutros e verdadeiros, quando na verdade são referenciados nos homens brancos -, e pensam as opressões de modo holístico e não hierárquico. As suas visões mais nítidas sobre as relações de poder, que se manifestam também no interior das universidades e influenciam a produção de conhecimento, abrem caminhos para que sejam válidas as perspectivas de outras/os *outsiders*.

Os temas centrais que Collins localiza no pensamento feminista negro estadunidense perpassa as obras de todas as autoras que escolhi trabalhar. Mediante adaptações por conta de diferenças - de tempo histórico entre a produção estadunidense e a produção brasileira - é possível mapear linhas gerais do feminismo negro, preocupações que foram comuns a essas autoras, e a pertinência da análise de Patricia guiou os meus estudos. A partir da

marginalidade, isto é, de seu *status* de *outsider within*, Angela Davis, bell hooks⁹ e Lélia Gonzalez se propuseram a recontar a história das mulheres negras, assumindo o protagonismo a fim de evitar distorções, comuns quando elas “foram faladas pelos outros”. Em suas buscas, denunciaram os diversificados sistemas de opressão que sobre elas se enredavam, mas não deixaram de valorizar todas as resistências, até as consideradas mais “sutis”, exaltando a força e poder criativo das mulheres negras na afirmação de sua humanidade.

⁹ A grafia é em minúsculas, pois para autora interessa mais os seus escritos do que a sua pessoa.

Capítulo 2 - Feminismo negro estadunidense: contribuições de Angela Davis e bell hooks nos anos 1980

2.1. Considerações iniciais

Neste capítulo tenho a intenção de analisar as obras de duas autoras negras estadunidenses, publicadas no mesmo ano, em 1981: *Mulheres, Raça e Classe* (DAVIS, 2016) de Angela Yvonne Davis e *Não sou eu uma mulher? Mulheres negras e feminismo*¹⁰ (hooks, 1981) de bell hooks. De modo geral, optei por analisar suas obras separadamente devido às suas abordagens que ressaltam aspectos distintos de um mesmo período histórico.

O meu propósito é localizar as autoras como teóricas importantes do feminismo negro, inclusive pela análise interseccional das opressões. Anos antes da formalização do termo interseccionalidade, as autoras chamaram atenção para o imbricamento entre as opressões de raça, gênero e classe e da especificidade da condição da mulher negra, que é atravessada pelas múltiplas opressões. Suas contribuições foram importantes críticas ao movimento negro e feminista dos anos 1960 e 1970, que ao universalizar a experiência da mulher branca e do homem negro, definiu uma agenda excludente em relação às mulheres não brancas e pobres. O lamento profundo que me acompanhou no decurso em que me dediquei às obras teve como contrapartida o contentamento pela reconstituição cuidadosa da experiência das mulheres negras estadunidenses, bem como de sua participação combativa, que permitem vislumbrar novos caminhos para a luta feminista.

2.2. Angela Yvonne Davis

2.2.1. Trajetória de Angela Davis

Para narrar a trajetória¹¹ de Angela Davis e fazer uma contextualização histórica sobre o período de vida da autora, utilizo a primorosa dissertação de mestrado de uma mulher

¹⁰ O título *Ain't not a woman?* faz referência ao famoso discurso de Sojourner Truth, na Woman's Rights Convention, em Akron, Ohio, Estados Unidos, em 1851. Sojourner nasceu escrava em Nova York em 1797 mas foi tornada livre em função da Northwest Ordinance. Para ver o seu discurso, acessar <https://www.geledes.org.br/e-nao-sou-uma-mulher-sojourner-truth/>. Eu trabalhei com a tradução em português do livro de hooks, disponibilizada em 2014, pela Plataforma Gueto, mas todas as citações serão referenciadas no original, em inglês.

¹¹ Também utilizo a dissertação de Raquel Barreto como fonte biográfica de Lélia Gonzalez.

negra, Raquel de Andrade Barreto, intitulada *Enegrecendo o feminismo ou feminizando a raça: narrativas de libertação em Angela Davis e Lélia Gonzalez*, publicada em 2005. Em sua pesquisa, Raquel se empenhou na investigação não somente da produção acadêmica das autoras, mas também de suas vidas, pois suas experiências enquanto mulheres negras foram fundamentais para o encaminhar de suas obras. Ao imprimir em seus trabalhos uma visão “mais intimista” (BARRETO, 2005, p.34), conferiram personalidade incomum à suposta neutralidade dos produtores de conhecimento.

Angela Yvonne Davis é a irmã mais velha entre quatro irmãos, filha de Sallye Bell Davis e B. Frank. Nasceu em 1944 em Birmingham, no estado sulista do Alabama, em plena vigência da segregação racial e das Leis Jim Crow¹² - que vigoraram entre 1876 e 1965. A cidade ficou conhecida como a que mais segregava a comunidade negra e foi chamada de “*Dynamite Hill*”¹³ em virtude dos constantes ataques promovidos pela organização supremacista branca *Ku Klux Klan*¹⁴.

Na trajetória de Angela não há separação entre vida e ativismo político. Raquel mostra como essa forma de pensar não era exclusiva, mas representava o comportamento de uma geração de militantes de esquerda dos anos 1960, dispostos a “entregar à vida à causa” (p.64). As décadas anteriores - 1940 e 1950 - foram fundamentais para as profundas transformações - culturais, políticas, econômicas - que marcaram os anos 1960 nos EUA e permitiram a “emergência de novos sujeitos históricos que deslocavam a determinação de classe e traziam outras categorias sociais e políticas como raça, gênero, colonizado e marginal” (p.63). A autora nos mostra como a estabilidade econômica do pós-guerra foi acompanhada pelo consumismo e conformismo, criticados pela juventude que não se

¹² Leis que criavam impedimentos legais para que afro-americanos pudessem votar nos Estados do Sul, a partir das 14ª e 15ª emendas da Constituição e da Declaração dos Direitos de 1789, as quais asseguravam que direitos fossem invalidados por governantes. Em alguns estados, por exemplo, negros eram submetidos a um exame sobre a constituição, em outros se exigia que seus antepassados já tivessem votado uma vez, o que seria impossível por eles terem sido escravizados. O termo Jim Crow foi retirado de uma canção de 1832, em que se referia-se aos negros de forma depreciativa (BARRETO, 2005, p. 64).

¹³ Em setembro de 1963, Birmingham foi palco do ataque à Igreja Batista, onde aconteciam reuniões pró-direitos civis. O resultado foi o falecimento das adolescentes Carole, Cyntia, Adie e Denise, que morreram queimadas, além de mais de vinte pessoas feridas. O caso foi considerado um dos crimes mais chocantes da história dos EUA (BARRETO, 2005, p. 64).

¹⁴ A Ku-Klux-Klan surge em 1867 com veteranos sulistas da Guerra de Secessão em Nashville. Uma organização racista, secreta e terrorista. O seu intuito era impedir a integração racial, por isso agrediam “preferencialmente” a negros, no entanto, brancos a favor da integração também eram atacados. Os membros da Ku-Klux-Klan usavam túnicas e máscaras brancas que impediam a sua identificação. As suas ações se caracterizavam por manifestações pública de ódio racial, como passeatas, espancamentos, linchamentos, mortes e incêndios de propriedades e colheitas (BARRETO, 2005, p. 65).

realizava individualmente através dos ganhos econômicos. Por outro lado, os benefícios da sociedade industrial não foram partilhados entre toda a sociedade estadunidense, por exemplo, as afro-americanas/os foram excluídas/os: inclusive legalmente, por meio da segregação racial, além das dificuldades de acesso à educação, ao voto, ao mercado de trabalho formal, “o sistema criou um exército de renegados” (p.62) nos termos de Raquel. Através das muitas revoluções e lutas pela libertação nacional¹⁵, a autora destaca a Guerra do Vietnã e o movimento pelos Direitos Civis como importantes para agregar a juventude estadunidense na denúncia contra as injustiças do sistema econômico. A experiência de guerra para Davis e outros militantes, representava os interesses racista e imperialista que pretendiam violar a autodeterminação dos povos.

A participação de Angela no movimento pelos Direitos Civis foi importante para a sua formação política e, desde muito cedo, ela teve contato com o movimento através dos seus pais. A mãe de Angela, Sallye era professora e fez parte da organização. Ela não representava uma exceção, as mulheres negras foram importantes na construção do movimento pelos Direitos Civis, apesar dos homens negros terem ganhado maior destaque. Raquel nos lembra sobre Fannie Lou Hamer, Ella Baker, Diane Nash, Amelia Boynton, Rosa Parks, Septima Clark, entre outras que foram relegadas à posição secundária nas narrativas principais sobre o período.

Apesar de fazer parte de uma família de classe média, que se destacava em seu bairro, afinal a sua mãe era uma professora e seu pai um administrador de um posto de gasolina, não houve um distanciamento em relação à comunidade negra do entorno devido à segregação, pois “apesar das diferenças de classe, o determinante racial esteve fortalecido” (p.65). No entanto, Angela era consciente sobre os benefícios de sua família, ela percebeu a sua diferença em relação às outras crianças negras que estudavam nas escolas segregadas. O acesso à educação concedido à população negra se deu através de escolas mal estruturadas: material didático defasado que vinha das escolas dos brancos, prédios velhos, porém, no que diz respeito ao ensino da história negra Davis achava positivo, em suas palavras:

Throughout those years, I learned something about every Black person “respectable” enough to be allotted a place in the history books-or, as far as contemporary people were concerned, who made their way into “Who's Who in

¹⁵ A autora também cita a Revolução Cubana (1959), Independência da Argélia (1962), Revolução Cultural na China (1965) e a Primavera de Praga na Tchecoslováquia (1968), Maio de 1968 em Paris (BARRETO, 2005, p. 63).

Negro America” or Ebony magazine¹⁶ (DAVIS, 1988, p.91 apud BARRETO, 2005, p.66).

Em 1959, com apenas 15 anos, Angela foi para Nova York continuar os estudos na *Elizabeth Irwin High School*, através de uma bolsa. A princípio, encontrou dificuldades para acompanhar o andamento do curso por conta de defasagens no ensino básico. A escola abrigava professores de esquerda, marginalizados do ensino público por conta de seus ideais políticos. Este espaço foi importante para Davis, pois ela teve contato teórico com o Socialismo, descobriu e leu repetidamente o Manifesto Comunista e participou de um grupo de estudos entre jovens, chamado *Advance*, ligado ao Partido Comunista. A partir destas experiências que ela começou a relacionar o racismo com o capitalismo: “I began to see the problems of Black people within the context of large working-class movement”¹⁷.

Em 1961 ela começou a sua graduação na Universidade de Brandeis em Waltham, Massachusetts, com especialização em literatura francesa. Raquel pontua sobre a solidão que marca este período da vida de Angela, afinal, ela era uma estudante negra que não se reconhecia na comunidade universitária - majoritariamente branca -, que reproduzia a mentalidade racista. Logo em seu primeiro ano de graduação, conseguiu uma bolsa de estudos que possibilitou a sua entrada na Universidade de Sorbonne. Em Paris, entrou em contato com os estudantes argelinos que lutavam pela independência de seu povo contra o colonialismo francês, permitindo que ela ampliasse a sua visão sobre a “dimensão global da luta contra o colonialismo” (p.68). Ainda na França, se interessou por Filosofia, tendo os seus estudos orientados por Herbert Marcuse, que muito lhe influenciou com suas ideias sobre “a responsabilidade do indivíduo em rebelar-se contra o sistema” (p.68).

Com o término de sua graduação em 1965, conquistou outra bolsa de estudos concedida pelo governo da Alemanha Ocidental e ingressou na Universidade de Goethe, em Frankfurt, onde foi aluna de Theodor Adorno e Oskar Negt. Foi na Alemanha que entrou em contato com o movimento estudantil que se organizava contra a Guerra do Vietnã. Voltou aos EUA em 1967, para concluir o seu doutorado sob orientação de Marcuse, além, suas motivações no regresso incluíam a militância política, a partir de muito acúmulo pelo contato

¹⁶ Tradução livre: “Ao longo desses anos, aprendi algo sobre cada pessoa negra "respeitável" o suficiente para ter um lugar nos livros de história - ou, no que diz respeito às pessoas contemporâneas, quem fez parte de "Quem é Quem na América Negra" ou da Revista Ebony”.

¹⁷ DAVIS, 1988, p.109-110 apud BARRETO, 2005, p.67. Tradução livre: “Comecei a ver os problemas dos negros no contexto do grande movimento da classe trabalhadora”.

com outras lutas. Em 1968, manteve-se próxima ao Partido dos Panteras Negras e filiou-se ao Partido Comunista, participando do coletivo Che-Lumumba¹⁸. Raquel nos conta sobre a convicção de Angela em relação aos princípios marxista-leninista na conquista pela libertação.

Em 1969, foi nomeada professora de Filosofia da Universidade da Califórnia de Los Angeles (UCLA). No entanto, o então governador do estado, Ronald Reagan, pediu o seu afastamento por ela ter se declarado comunista. O processo foi considerado inconstitucional, mas foi útil ao projetar Angela para fora dos espaços de “militância política e da intelectualidade de esquerda” (p.70). Ela ficou muito conhecida na Universidade e suas aulas se tornaram muito disputadas, entretanto, seu contrato não foi renovado com a instituição.

Os anos 1970 foram importantes na trajetória da filósofa, representam o despertar da sua consciência enquanto mulher negra, além do reconhecimento ampliado sobre os efeitos do racismo na criminalização dos afro-americanos. Em 1970 ela iniciou uma amizade com George Jackson¹⁹, que estava preso acusado por roubo, como muitos outros jovens negros. Angela participou do comitê de solidariedade aos *Soledad Brothers* realizando debates e palestras públicas para denunciar a repressão política da população negra que também se concretizava através do encarceramento. O seu ativismo pela causa fez com que se tornasse muito visada e, quando houve o rapto comandado por Jonathan Jackson, irmão de George, Davis foi acusada pelas mortes, pois a arma²⁰ usada por Jonathan estava em seu nome. Ela viveu na clandestinidade por dois meses, mas foi presa em outubro de 1970 e permaneceu por dezessete meses na prisão, período em que teve uma fértil produção acadêmica. Além, contou com uma mobilização no âmbito nacional e internacional pela sua libertação, o movimento ficou conhecido como *Free Angela*. O julgamento em 1972 declarou-a inocente, e Davis foi

¹⁸ O nome do coletivo fazia referência às lideranças revolucionárias do terceiro mundo: Che Guevara e Patrice Lumumba. Sobre Patrice, ele foi o Primeiro Ministro do Congo, assassinado em 1961. O Partido Comunista costumava homenagear lideranças que tinham dedicado suas vidas à revolução (BARRETO, 2005, p. 69).

¹⁹ George Jackson era um homem negro e foi preso por acusação de roubo. O seu amadurecimento político na prisão, inclusive com a filiação ao Partido dos Panteras Negras e projeção pública como uma liderança do partido, fez com fosse acusado, dentro do cárcere, pela morte de um guarda branco, juntamente com outros dois homens negros: John Cluchette e Fleeta Drumgo. Os três homens ficaram conhecidos como “*The Soledad Brothers*” (BARRETO, 2005, p.71-72). Em 1972, George lançou o livro *Soledad Brothers: as cartas de prisão de George Jackson*, com prefácio de Angela Davis.

²⁰ Jonathan Jackson em agosto de 1970 comandou o sequestro de um juiz, um promotor e alguns jurados na corte da Califórnia usando a arma de Davis. Os reféns seriam trocados pelos três prisioneiros negros que estavam em audiência, acusados de matar um agente penitenciário branco. Jonathan e outros três homens que ajudavam no rapto conseguiram conduzir os reféns até uma caminhonete, do lado de fora do tribunal. Porém, já dentro do carro, um guarda da rua começou a atirar e o resultado foi a morte de Jonathan, do juiz, de dois presos e o restante ficou ferido (BARRETO, 2005. p.72).

ativa ao participar da equipe de defensoria. Em seu pedido por auto representação defendeu o seu posicionamento político:

Encontro-me aqui por ser vítima de uma maquinação política, que longe de demonstrar minha culpabilidade, indica o estado da Califórnia como agente da repressão política. Em efeito, o estado da Califórnia revela seu papel ao utilizar como prova contra mim, a minha participação em lutas que livra o meu povo - a população negra - contra as múltiplas injustiças sociais, ao utilizar, especialmente a minha participação no comitê em defesa dos *Soledad Brothers*.
(...) Ninguém pode falar melhor do que eu mesma das minhas convicções e atividades políticas. Uma justiça que condena virtualmente ao silêncio a mesma pessoa que mais tem a perder, parece conter os germes da sua própria destruição (DAVIS, 1972, p.57-8 apud BARRETO, 2005, p.73).

Ao deixar a prisão, continuou filiada ao Partido Comunista, inclusive lançou candidatura à vice-presidência pelo mesmo partido nos anos 1980 e 1984, desligando-se apenas em 1991. Raquel mostra como a amizade entre George e Angela influenciou a produção acadêmica da filósofa. Em cartas trocadas entre os dois, George fala sobre os efeitos da dominação matriarcal para a sua condição, identificando em outros companheiros negros tal herança. A compreensão recorrente do período destacava o papel exercido pelas mulheres negras como castradoras da masculinidade dos homens negros, inclusive por conter a “insubmissão e resistência à dominação branca” (p.82). As publicações do final dos anos 1960, difundidas especialmente pelo Relatório Moynihan²¹, reforçaram o poder das mulheres negras em chefiar as famílias no período da escravidão, que se estendeu para a época posterior. Para sintetizar, assim Raquel caracteriza a tese de Daniel Moynihan sobre o matriarcado negro:

(...) a tese do autor era de que os problemas e o comportamento patológico da comunidade negra não tinham raízes na deterioração econômica, nem tampouco na segregação, mas no passado da escravidão e na degradação moral das famílias, pois eram chefiadas e sustentadas pelas mulheres negras. O relatório reafirmava os clichês preconceituosos sobre a família negra (BARRETO, 2005, p.83).

²¹ O documento produzido por Daniel Patrick Moynihan, em 1965, *The Negro Family: A Case for National Action* (A família negra: um caso para a ação nacional), que ficou conhecido como o Relatório Moynihan, foi apresentado ao alto escalão da administração do presidente Lyndon B. Johnson e propunha reformas na família negra. As reformas propostas - pelo então secretário-assistente do Departamento de Trabalho e quadro do Partido Democrata - perpassavam a emulação das famílias de classe média oriental, pois as comunidades chinesa e japonesa nos EUA representavam “o ciclo perfeito de integração e nacionalização”. O documento ressaltou a “matrifocalidade das famílias negras”, que com origem na escravidão, impediu o povo negro de fazer parte do modo de vida americano - cidadania política e sociedade de consumo. No núcleo familiar negro o patriarcado e a liderança masculina estiveram enfraquecidos, a proposta de reforma pretendia habilitar o homem negro para exercer a função de provedor e patriarca (CHAVES, 2015, p. 146-148).

O primeiro artigo²² de Angela na prisão, fruto de seus debates com George, investigou a condição das mulheres negras no período da escravidão e se esforçou por questionar a chefia dessas mulheres. Seus argumentos mostraram que a paternidade negra se exerceu quando os filhos herdaram o nome do pai; ao mesmo tempo, como eram instáveis as relações familiares, os filhos das mulheres negras escravizadas, enquanto mercadorias, foram vendidos de acordo com os desejos de lucro dos senhores, impedindo que as mulheres negras exercessem total influência sobre a sua prole. Por outro lado, Raquel nos mostra que Angela também contestou o matriarcado negro através da reconstituição das lutas das mulheres negras, pois as mulheres escravizadas foram resistentes e participaram ativamente nas rebeliões, combatendo rotineiramente o sistema escravista; tal argumento dilui o papel delas como encorajadoras da submissão de seus filhos negros.

O esforço de Davis em refutar o matriarcado negro também foi resultado de sua experiência com o movimento negro, que reproduziu muitas atitudes misóginas comuns em muitos movimentos do período, afinal, eles refletiam a mentalidade machista da época. Os homens negros, através do que a filósofa caracteriza como a "síndrome da masculinidade", se viam como a vanguarda da libertação do povo negro, pois exigiam uma reparação histórica pela dominação das mulheres negras. Eles também ecoaram as visões distorcidas sobre a condição das mulheres afro-americanas, “em alguns casos, a luta pelo poder negro (*Black Power*) era confundida com o poder para o homem” (p.79), Raquel afirma:

As organizações de perspectivas afro-cêntricas, como a *US*²³, justificavam os seus discursos machistas baseados na idéia de uma África mítica, onde mulheres exerceriam papéis secundários no espaço doméstico. O que reduz em demasiado a realidade das sociedades existentes na África, ao mesmo tempo, pretende reproduzir, de forma ahistórica, experiências passadas em contextos distintos (BARRETO, 2005, p.80).

²² *Reflections on the Black Woman's Role in the Community of Slaves*. Publicado originalmente em *Black Scholar* 3. n. 4. Oakland e Black World Foundation Dec. 1971.

²³ Raquel nos dá maiores detalhes sobre a organização: Maulana Karenga foi um nacionalista negro fundador de uma organização militante chamada *US*, *United Slaves*, contemporânea aos Panteras Negras, mas que tinha problemas com esses. As divergências entre as duas organizações estavam na questão da unidade racial. Os Panteras Negras consideravam-se nacionalistas revolucionários, e buscavam alianças com revolucionários, independente de raça. Já *US*, era uma organização nacionalista cultural, e buscava aliança apenas entre pessoas negras. As polêmicas verbais culminaram com um tiroteio entre membros das duas organizações em Janeiro de 1969 na Universidade da Califórnia em Los Angeles, quando dois militantes dos Panteras foram mortos. O episódio é atribuído como ação de agentes infiltrados do Cointelpro (*Counter Intelligence Program*) no *US* (BARRETO, 2005, p.78).

A consciência desenvolvida por Angela sobre a sua condição de subordinação no interior do movimento negro foi fruto de uma experiência coletiva, pois outras mulheres negras que participavam ativamente da luta, mas que foram excluídas da tomada de decisão, também refletiram sobre os papéis secundários que desempenhavam na luta pela libertação do povo negro. No entanto, essas mulheres não se sentiram acolhidas pelo movimento feminista hegemônico do período, foram muitos os conflitos entre as mulheres negras e o movimento de mulheres brancas dos anos 1960/70. O feminismo estadunidense dominante apresentava as demandas das mulheres brancas de classe média e, ao homogeneizar as experiências deste grupo específico, distanciou as mulheres negras. Raquel nos traz como exemplo a campanha por libertação de Angela: a principal associação de mulheres dos EUA, a *National Organization of Women* (NOW) não reconhecia Angela como uma militante pela causa das mulheres e por isso não apoiou a campanha.

Os trabalhos de Angela foram críticos ao feminismo tradicional, pois o movimento reivindicava uma essência feminina ou uma mulher universal. A filósofa alertou sobre a “importância para os feminismos desvencilharem-se da noção de que há uma qualidade universal que podemos chamar de mulher”²⁴. Inclusive, Angela relutou em assumir-se feminista, ela diz: “Personally, it was only after many years of political involvement that I decided to embrace the term feminism. I now feel very comfortable calling myself as feminist”²⁵.

O primeiro momento das obras de Angela foi marcado por trabalhos de combate para elucidar sobre a condição das mulheres negras, mal compreendida pelos movimentos negro e de mulheres. A partir dos anos 1990, ela se tornou mais aberta na sua investigação e, quando manteve a temática sobre as mulheres negras, explorou outro viés: como se mostra em seu livro *Blues, Legacy e black feminism*. Nesta obra, Angela se preocupa com as mulheres negras que não foram capazes de registrar formalmente as suas histórias e se volta para o mundo do *blues*. Enquanto primeira expressão artística do povo negro pós-abolição, o *blues* representou as mulheres negras pobres não alfabetizadas, que nos anos 1920 estiveram presentes, cantando e gravando as suas músicas, exaltando a sexualidade, pois “para a

²⁴ DAVIS; DENT, 2003, p.527 apud BARRETO, 2005, p. 76

²⁵ JAMES, 1998, p.304 apud BARRETO, 2005, p.77. Tradução livre: “Pessoalmente, foi somente após muitos anos de envolvimento político que decidi adotar o termo feminismo. Agora me sinto muito confortável em chamar-me de feminista”.

comunidade negra do pós-emancipação, a liberdade sexual era um dos poucos campos em que havia parcial liberdade, ao menos dentro da própria comunidade” (BARRETO, 2005, p.91-92).

A partir de 1997, Angela participou da *Critical Resistance*, uma organização que atua no combate ao complexo prisional estadunidense. Ao fazer um balanço sobre sua trajetória, Raquel mostra como Davis não se elegeu a uma posição de destaque, como se fosse um indivíduo excepcional, mas se viu como parte de um processo histórico maior. Outro aspecto que a filósofa destaca se refere à importância de preservar o bem-estar, mesmo em intensa atividade intelectual e política.

2.2.2. Mulheres, Raça e Classe (DAVIS, 2016)

São muitos os momentos históricos trabalhados na obra de Angela Davis, ela estende a sua análise da escravidão moderna até os anos 1970, com o movimento feminista hegemônico dominado pelas mulheres brancas. De modo dinâmico ela aborda o mesmo período a partir de perspectivas diferentes, por isso, não me preocupei com a linearidade em minha narrativa sobre o seu livro, por receio de perder a riqueza de suas análises.

Como sugere o título, para falar sobre a condição da mulher negra a autora investiga as relações entre mulheres, raça e classe que foram se complexificando e se apresentaram de formas diferentes conforme avançava o sistema capitalista. No entanto, identificamos os ecos do período escravista quando as mulheres negras, quase um século após o fim do regime, estão confinadas ao trabalho doméstico, às prisões, à esterilização compulsória. Para a autora, não há um modelo hierárquico entre as opressões, o que Angela busca é a interconexão entre as formas de dominação. Em suas palavras:

as organizações de esquerda têm argumentado dentro de uma visão marxista e ortodoxa que classe é a coisa mais importante. Claro que classe é importante. É preciso compreender que classe informa a raça. Mas raça, também, informa a classe. E gênero informa a classe. Raça é a maneira como a classe é vivida. Da mesma forma que gênero é a maneira como a raça é vivida. A gente precisa refletir bastante para perceber as intersecções entre raça, classe e gênero, de forma a perceber que entre essas categorias existem relações que são mútuas e outras que são cruzadas. Ninguém pode assumir a primazia de uma categoria sobre as outras.²⁶

²⁶ Artigo de Angela publicado no portal Geledés. Disponível em <https://www.geledes.org.br/as-mulheres-negras-na-construcao-de-uma-nova-utopia-angela-davis/>

A condição das mulheres negras durante a escravidão

Neste primeiro tópico escolhi trabalhar com as análises de Angela Davis (2016) e de bell hooks (1981) para narrar a condição das mulheres negras escravizadas. As duas autoras se propuseram a dar luz à história das mulheres negras, que, esquecidas pela produção acadêmica, não tiveram destaque nem nos estudos sobre a escravidão. O resultado é o poderoso resgate da condição dessas mulheres, que apesar das muitas sujeições, foram ativas na resistência.

bell hooks, em um estudo aprofundado que remonta à barbárie do tráfico negreiro, se debruça sobre o cotidiano da vida escrava e não se intimida em mostrar as contradições entre as múltiplas relações sociais que caracterizavam a sociedade escravocrata. Apesar de causar incômodo, ela mostra os sujeitos sociais - também as mulheres e homens negros - como permeáveis à socialização sexista e racista. Os desdobramentos foram alianças em torno da solidariedade racial e sexual, que se trouxe privilégios aos homens negros, aprofundou a difícil situação da mulher negra.

Para bell, a literatura acadêmica centrou os estudos no homem negro escravizado e no que eles - homens brancos - chamaram de desmasculinização, o impedimento do homem negro em ser o patriarca da família escravizada. Para analisar a exploração das mulheres negras, a autora investiga os estupros, os chicoteamentos e a procriação forçada, e destaca o racismo e o sexismo subjacente a estas formas de violência.

Voltando em África, pontua que os homens brancos escravagistas, nos séculos XVIII e XIX, observaram o desempenho das mulheres africanas em suas comunidades²⁷, lá elas se dedicavam às tarefas domésticas, mas também eram responsáveis pelo trabalho no campo. Além disso, eles também testemunharam a hierarquia sexual presente nas comunidades africanas e se surpreenderam com a similaridade na subjugação masculina das mulheres.

Os homens brancos identificaram as mulheres africanas como o "sujeito ideal para a escravatura" (hooks, 1981, p.32), posto que, elas reconheciam a autoridade masculina e ainda tinham familiaridade com o trabalho nas lavouras, que seria forçado quando chegassem ao

²⁷ Sobre este ponto, Raquel nos ajuda a pensar: “O debate sobre a situação das mulheres em África é sempre ambíguo. Há narrativas para quem defende o fato de as mulheres terem então uma posição igualitária e, ao mesmo tempo, há também para quem defende que elas mantinham total submissão aos homens – como é o caso do discurso de alguns nacionalistas negros e Pan-africanistas. A nosso ver, por se tratar de sociedades múltiplas, haveria posições distintas” (BARRETO, 2005, p. 59).

novo mundo. Deste modo, foram vistas como passivas e não como uma ameaça; daí a terem sido trazidas livres pelos navios, ao contrário dos africanos que vieram algemados uns aos outros, tidos como perigosos. Durante a travessia pelo Atlântico, africanas e africanos, abarrotados, foram brutalmente atacados a fim de agilizar a adaptação à nova vida que se impunha. Tantos foram os horrores testemunhados pelos mares para minar o “orgulhoso, arrogante e independente espírito do povo africano” (p.35), amansá-los antes de chegar à costa, para que eles se sentissem tão indignos e desumanizados que fossem incapazes de resistir à escravidão. Os traficantes, quando pisaram em terra firme, garantiram a qualidade de suas mercadorias-africanas-africanos exaltando o adestramento e a docilidade.

À mulher africana reservou-se um tratamento especial, porque além da exploração de sua condição de trabalhadora também foi constantemente assaltada sexualmente e estuprada; o “imperialismo racial” fez com que os colonizadores brancos explorassem a sua condição de escrava, mas foi através do sexismo que se legitimou a violação de seu corpo. Tal experiência a distanciou dos homens negros, pois eles foram poupados da violação, já que o sexismo condenava a prática sexual entre homens. Os estupros, em geral, aconteciam ainda na adolescência quando as garotas saíam das cabanas dos pais. Em qualquer lugar, no campo ou no ambiente doméstico, as mulheres negras foram vistas como alvo fácil.

Ao relatar os estupros, hooks fala sobre os presentes recebidos pelas mulheres negras, sobre como eles poderiam facilitar o ato sexual, no sentido de conter a raiva e evitar punições por parte dos agressores. Já que aconteceria com ou sem o consentimento da mulher escravizada, ou seja, estava dado que pela relação de poder entre o senhor - ou seu capataz - e a escrava, ele iria dominá-la e estuprá-la, poderia ser mais fácil se ela se convencesse por outros meios. O estupro não representou a satisfação da luxúria incontrolada do senhor branco, mas foi uma expressão de poder para afirmar a “ordem imperialista branca”, subjugar as mulheres escravas para que aceitassem a sua condição de fêmeas inferiores e não resistissem:

Os homens brancos donos de escravos queriam que as mulheres escravizadas passivamente aceitassem a exploração sexual como um direito e um privilégio dos que estavam no poder. As mulheres negras que de *boa vontade* se submetessem aos avanços sexuais do dono e recebessem presentes e pagamentos eram *recompensadas* pela sua aceitação da ordem social existente (hooks, 2014, p. 21, grifos meus).

Apesar da autora nos alertar para não confundirmos a "submissão passiva das mulheres negras escravizadas com a cumplicidade" (p. 44), não me agrada a forma como ela destaca a aceitação dos estupros. As mulheres negras que não cederam foram severamente punidas, mas a resistência existiu, a submissão passiva não foi o padrão. Davis para mostrar o papel ativo das mulheres negras no combate à violência dos feitores, cita um doloroso, porém potente, relato de Frederick Douglass - já que foram incomuns os casos das mulheres escravizadas que puderam registrar a sua própria história - sobre Nellie, que foi açoitada pela sua audácia em contestar a autoridade do feitor. Assim, me surpreende que em relação aos estupros, as mulheres negras também não tenham reagido com fúria. Segue o relato:

Havia momentos em que parecia que ela estava prestes a vencer aquele bruto, mas ele acabou por dominá-la e conseguiu amarrar seus braços na árvore para a qual a tinha arrastado. A vítima estava agora à mercê do impiedoso chicote. Os gritos da mulher, agora indefesa enquanto era submetida ao castigo truculento, se misturavam aos insultos roucos do feitor e ao choro descontrolado de crianças assustadas. Quando a pobre mulher foi desamarrada suas costas estavam cobertas de sangue. Ela foi açoitada, terrivelmente açoitada, mas não se rendeu e continuou a delatar o feitor e a ofendê-lo com os nomes mais sujos que conseguia encontrar (DAVIS, 2016, p. 32).

A fim de compreender as raízes da exploração sexual perpetrada pelos homens brancos às mulheres negras, bell hooks elege como pano de fundo o ódio às mulheres. Os colonizadores europeus que chegaram à América estavam acostumados com ensinamentos cristãos que identificavam as mulheres como Evas tentadoras: aquela que provou do fruto proibido e desencaminhou o inocente homem. Este ser perverso, animalesco, capturado pelos impulsos sexuais seria dominado apenas por uma força superior, deste modo, os homens despontam como os mandantes de Deus para controlar e reprimir a sexualidade das mulheres. O sentimento antimulher, baseado no medo e no ódio dos homens em relação às mulheres, se oficializou por meio da opressão e discriminação sexista.

No entanto, no século XIX com o avanço da industrialização nos Estados Unidos houve uma mudança na forma como o homem branco percebia a mulher branca, de um ser sexualmente perverso ela foi transformada em esposa, mãe, cuidadora do lar, responsável por conduzir o homem de volta à moralidade. Para a autora, a idealização da natureza feminina das mulheres brancas ocorreu em detrimento da sua sexualidade, só quando se anulou essa esfera da sua vida que ela emergiu como um ser digno de respeito e amor. Ao mesmo tempo em que se idealizou a mulher branca, a mulher negra foi eleita como a “não mulher, a

selvagem sexual, um animal que podia ser violado” (p.78), e tal mito justificou a postura dos homens brancos para abusar de seus corpos.

A mulher negra escrava não pôde contar com o apoio das mulheres brancas e nem dos homens negros. As mulheres brancas doutrinadas pelos ensinamentos cristãos que lhes inculcaram sobre a perversidade das mulheres, viam as mulheres negras como tentações: culpavam e responsabilizavam-nas pela condenação eterna de seus inocentes maridos. Bell aponta como elas não conseguiam se compadecer pela terrível situação vivenciada pelas mulheres negras, elas próprias se colocavam como mártires, traídas por maridos adúlteros.

Já dos homens negros, a autora relata que também figuraram como estupradores das mulheres negras, em especial aqueles que ascenderam, por exemplo, à posição de motoristas e exerceram algum tipo de poder sobre a vida das mulheres escravizadas. Longe de serem os naturais protetores das mulheres negras, os homens negros reproduziram muito do comportamento dos homens brancos.

Além dos estupros e assaltos sexuais variados, as mulheres negras também sofreram com os chicoteamentos em seus corpos nus, perante espectadores passivos. Inclusive, Bell conta sobre uma situação em que a mulher escravizada foi torturada, por ter queimado os ovos e *waffles* do almoço, enquanto as filhas do senhor testemunharam passivamente do alto de suas janelas. A postura omissa das mulheres brancas pode ser compreendida pelo medo que sentiam em relação aos seus pais e maridos, era um alerta sobre quão violentos os homens poderiam ser com as mulheres que os desagradassem. Por outro lado, reforça a convivência das mulheres brancas para com os homens brancos, pois elas também maltrataram as mulheres negras usando a violência física.

Outra forma de exploração sexual denunciada pela autora, ocorreu pela procriação forçada. As mulheres negras foram obrigadas a se reproduzir e seus preços foram avaliados de acordo com a sua fertilidade. As férteis tiveram de engravidar quantas vezes fosse biologicamente possível, em condições inadequadas para uma gravidez segura, e as estéreis foram castigadas e torturadas pela sua infertilidade. Angela Davis, ao se referir ao papel das mulheres negras como reprodutoras da mão-de-obra escravizada, faz uma importante análise sobre como a gravidez não as poupou do trabalho na lavoura, nem dos açoitamentos. Lembra sobre a dor que as mães negras sentiram devido ao inchaço das mamas por horas sem amamentar; e por resultar em baixa produtividade, foram severamente punidas. Para

essas mulheres, também não houve lugar para o exercício da maternidade, já que seus filhos foram tomados de si e vendidos.

A condição da mulher negra escravizada foi muito mais difícil quando comparada ao homem negro escravizado. Sobre ela pesou conjuntamente o racismo e o sexismo do patriarcado colonial que estendeu parte de seus privilégios aos homens negros; hooks propõe que houve uma “subcultura dos negros escravizados” que subjugou as mulheres negras dentro das famílias. Apesar de ter sido negado aos homens escravizados o papel de provedor, posto que o seu trabalho foi apropriado pelo senhor, eles desempenharam a função de comando no interior da família negra e as mulheres negras conformaram-se na submissão.

Por outro lado, a autora mostra como na literatura acadêmica, as mulheres negras foram apontadas como matriarcas, que exerceram o papel dominante no interior das famílias escravizadas, e enquanto responsáveis pela desmasculinização dos homens negros, foram culpadas pela não ascensão do povo negro no pós-emancipação. Para contrapor-se à suposta dominação feminina negra - difundida especialmente nos anos 1960 pelo Relatório Moynihan - a autora se refere à normalidade da influência exercida pelas mulheres brancas no ambiente doméstico. Em suas palavras:

Os racistas brancos colonizadores distorceram a realidade quando falaram sobre a desmasculinização do homem negro. Na realidade, não havia nada de incomum sobre a mulher escrava assumir um papel dominante na cena doméstica no século XIX na América. E tal era assim, porque elas estavam meramente a imitar o comportamento da sua dona branca. O papel dominante das mulheres brancas na cena doméstica do século XIX não conduziu os acadêmicos a teorizar sobre a ineficiente masculinidade branca; quando era exatamente o oposto que acontecia (hooks, 1981, p.70).

Isto posto, a autora sugere que as mulheres negras se ressentiram de seu lugar na marginalidade ao ter de desempenhar o trabalho nas lavouras, socialmente considerado indigno para mulheres. Elas queriam o mesmo destino das mulheres brancas, serem reconhecidas pela sua feminilidade e sustentadas pelos seus maridos. A condição de superexploração do seu trabalho nos lares, nas lavouras; a violação de seu corpo; a falta de apoio por parte dos homens negros e das mulheres brancas, não foi suficiente para “conduzir o desenvolvimento de uma consciência feminina” (p.74) nas mulheres negras. Assim hooks conclui:

Aceitando completamente o papel feminino definido pelo patriarcado, as mulheres negras escravizadas abraçaram e preservaram a ordem social opressiva sexista e tornaram-se (bem como as suas irmãs brancas) cúmplices nos crimes perpetrados contra as mulheres e vítimas desses crimes (hooks, 2014, p.75).

Davis também analisou os papéis sexuais no interior das famílias escravizadas, entretanto, a sua perspectiva apresenta a esfera doméstica como importante espaço de refúgio em contraste com a desumanização da escravidão, não houve a “subcultura dos homens negros” apontada por hooks, nem a dominação feminina negra vulgarizada pela tese do matriarcado negro.

O seu foco esteve em avaliar o papel das mulheres negras como trabalhadoras, que arduamente tiveram a sua força de trabalho explorada pelo sistema escravista. Mulheres e homens negros não se distinguiram pelo sexo nas lavouras, ambos desempenharam o mesmo trabalho e foram cobrados pela mesma produtividade. Apesar de se disseminar o mito da boa preta cuidadora da família branca, o bruto do trabalho desenvolvido pelas mulheres escravizadas nas colônias do Sul - "o verdadeiro núcleo do escravismo" (DAVIS, 2016, p.18) - foi nas plantações agrícolas. No entanto, assim como bell hooks, ela é muito cuidadosa quando se refere à situação específica das mulheres, pois elas estavam vulneráveis sexualmente. Além disso, reforça o caráter do estupro como arma de dominação, ferramenta histórica recorrente do patriarcado imperialista norte-americano²⁸.

Ao contrário do que sugere hooks de que houve um reconhecimento entre homens, e que os homens brancos concederam privilégios aos homens negros, Davis mostra como o "sistema escravista desencorajava a supremacia masculina" (p.20), impedindo os homens negros de exercerem a função masculina típica de provedor, com o intuito de barrar o exercício de qualquer forma de poder dos homens negros sobre as mulheres negras, a fim de manter a soberania do poder dos senhores.

A igualdade sexual na exploração do trabalho resultou em igualdade sexual no interior das famílias negras. A família foi o único espaço em que os trabalhos não poderiam ser diretamente apropriados pelos senhores, o que permitiu maior liberdade em sua organização; também foi o lugar para o povo negro se acolher e experienciar a sua humanidade em outros moldes que não os da escravidão: nas brechas de tempo roubadas do trabalho forçado. As

²⁸ Sobre os estupros como arma de dominação, Angela nos conta sobre o seu uso na Guerra do Vietnã. A violência sexual foi encorajada pelo comando militar norte-americano: “os soldados eram orientados a “revistar” as mulheres com o pênis”. Esse relato me revira por dentro: “quando nos aproximamos ela estava pedindo água. E o tenente mandou matá-la. Então ele arrancou as roupas dela, eles a esfaquearam nos dois seios, afastaram seus braços e pernas e enfiaram uma ferramenta de cavar trincheiras em sua vagina. Depois, retiraram a ferramenta e fizeram o mesmo com um galho de árvore e, então, atiraram nela” (DAVIS, 2016, p.36-37).

tarefas desempenhadas não se organizaram com base hierárquica, os trabalhos realizados por ambos foram essenciais para toda a comunidade escravizada.

A partir da vivência como mulheres que foram masculinizadas²⁹, as negras se colocaram como resistentes ativas, assim como seus companheiros homens. Elas enfrentaram a escravidão com o mesmo fervor:

(...) elas envenenavam os senhores, realizavam ações de sabotagem e, como os homens, se juntavam às comunidades de escravos fugitivos, seguindo com frequência rumo ao Norte em busca de liberdade. Dos numerosos registros sobre a repressão violenta que os feitores infligiam às mulheres, deve-se inferir que aquela que aceitava passivamente a sua sina de escrava era a *exceção*, não a *regra* (DAVIS, 2016, p. 31, grifos meus).

A análise de Angela Davis sobre a condição das mulheres negras escravizadas contrasta com a visão de bell hooks. A última autora mostra que o peso da socialização sexista à família escravizada resultou em uma subcultura dos homens negros, e as mulheres negras confinadas se adequaram a uma realidade brutal, sob a qual não exerciam o menor controle - pois testemunharam a violência dos senhores contra as rebeldes e insubmissas, além da sujeição à dominação masculina negra. Deste modo, não houve o desenvolvimento da consciência feminina negra. Entretanto, Davis se empenha em mostrar como o povo escravizado não sucumbiu à sua condição, e as mulheres negras, mesmo sob constante ameaça de estupros - direcionados somente a elas, a fim de aniquilar a sua revolta e ação e reduzi-las à condição de fêmeas (p.19) -, por vivenciarem a igualdade no trabalho forçado e na família desenvolveram autoconfiança para resistir ao sistema escravista.

A leitura de Davis, que amplifica a agência das mulheres negras, me conquista.

As promessas de aliança entre as lutas: pela libertação negra e pelos direitos políticos das mulheres brancas

Ao abordar a luta antiescravagista, Davis mostra a ativa participação das mulheres brancas - ricas e trabalhadoras -, que através do combate à escravidão tomaram consciência

²⁹ Raquel nos ajuda a pensar sobre o ideal de feminilidade que não contemplou as mulheres negras: “uma das grandes ironias da situação da mulher negra na escravidão é que a dita fragilidade feminina não a contemplava. O conceito da feminilidade está relacionado à brancura e à pureza, representações históricas opostas às das mulheres negras. Dessa ambigüidade nasce a idéia de que era uma mulher masculinizada, uma figura duvidosa. A ela cabia as tarefas que não poderiam ser definidas como “femininas”, tanto no período da escravidão, como posteriormente” (BARRETO, 2005, p.85).

sobre a sua condição, pois experienciaram no fazer da luta as possibilidades de transformação da sua própria sujeição.

Os anos 1830 foram marcados por muitas revoltas: rebeliões escravas no Sul, greves e paralisações no Nordeste fabril encabeçadas por mulheres jovens e crianças, além das mulheres brancas que, insatisfeitas com a sua situação doméstica, reivindicavam educação e possibilidades de carreira fora do lar.

As mulheres brancas, com a recente industrialização, testemunharam o aprofundamento da sua condição de inferioridade em relação aos homens. A ideologia da feminilidade, que a autora destaca como um “subproduto da industrialização” (p.24), destituiu a mulher branca do posto de trabalhadora produtiva. No período anterior à industrialização, não havia separação entre a economia doméstica e a economia pública, foi o capitalismo industrial que promoveu tal clivagem (p.25). A mulher compartilhava de igualdade econômica com o seu companheiro, pois ela também se responsabilizava pela produção necessária à vida da família. A transferência da produção da casa para a fábrica, converteu a mulher branca em mãe, com exaltação da maternidade como inerente à natureza feminina; confinou-a ao ambiente doméstico ao mesmo tempo em que desvalorizou o seu trabalho no lar. O resultado foi a sua exclusão da esfera pública. A autora aponta que as mulheres brancas desprovidas economicamente, além do trabalho no lar, foram absorvidas como mão-de-obra barata nas novas fábricas em péssimas condições de trabalho.

As contradições resultantes da repentina mudança nas condições de vida das mulheres brancas fizeram com que elas se manifestassem e resistissem. Foi comum durante este período comparações entre a condição da mulher oprimida pelo matrimônio e a condição das mulheres e homens negros escravizados. No entanto, Davis expõe que a analogia se aproximava mais da realidade das operárias, pois o trabalho nas fábricas era precário e mal remunerado, o uso feito pelas mulheres brancas afortunadas foi apelativo, não tinha correspondência real, apenas enquanto estratégia desonesta inflou as suas denúncias.

É a partir de 1830 que as mulheres brancas começam a participar ativamente do movimento abolicionista; quem mais conseguiu visibilidade e financiamento para a luta foram as donas de casa, que possuíam mais tempo livre e recursos para se dedicar à causa em comparação com as operárias.

O caminhar da luta abolicionista exigiu a participação ativa das mulheres brancas através da organização de eventos para captar recursos, do empenho em atrair novas pessoas

à causa por meio de petições, que movimentou a mulher branca para fora do lar: ela teve de ir às ruas, ter contato com outras mulheres e homens para além da sua família. No espaço público ela experimentou a valorização de seu trabalho concreto, se sentiu útil em funções outras que não mãe e esposa, e pôde questionar a autoridade masculina, que parecia incontestável no ambiente privado. Davis denuncia as muitas reações masculinas na tentativa de silenciamento das mulheres brancas: boicotes, ataques de gangues racistas, abusos vingativos de grupos religiosos, para citar alguns. Tradicionalmente excluídas do campo político, compreenderam que os limites de sua atuação na luta abolicionista esbarravam na sua condição de mulheres, assim, gradativamente se empenharam também na sua própria luta. Para ela, as irmãs Grimké³⁰, que figuraram como mulheres brancas importantes deste período, lucidamente perceberam já em 1838, anos antes da organização efetiva do movimento de mulheres, que lutar pelos direitos das mulheres não representava um desvio do caminho da luta pela abolição, mas uma necessidade, já que a existência de uma opressão viabilizava e perpetuava outras: a libertação exigia a garantia de direitos políticos aos diversos grupos.

De acordo com as narrativas de Angela, o movimento de mulheres teve como data oficial de seu nascimento o ano de 1848, com a convenção de Seneca Falls organizada por duas importantes abolicionistas e sufragistas brancas: Elizabeth Candy Stanton e Susan B. Anthony. No entanto, desde o seu princípio o movimento falhou em contemplar a realidade de outras mulheres, para além daquelas que dominaram a convenção e imprimiram as suas próprias reivindicações na Declaração de Sentimentos³¹ resultante do encontro. Este documento oficializou a opressiva condição feminina, mas se restringiu a atacar o casamento e à maternidade como fontes de opressão.

Davis se preocupou em mostrar como a luta organizada das mulheres brancas inconformadas com o seu destino foi anterior ao ano de 1848. Pelo menos duas décadas antes as mulheres brancas trabalhadoras denunciavam a opressão que sofriam por serem mulheres, juntamente com a exploração de seu trabalho nas fábricas têxteis: extensivas jornadas de até dezesseis horas diárias, má alimentação, péssimas condições de estada. Já as mulheres negras,

³⁰ As irmãs brancas Sarah e Angelina Grimké, da Carolina do Sul, foram importantes oradoras pela causa abolicionista. Elas perceberam que a continuidade de sua participação política no movimento abolicionista dependia do enfrentamento de sua condição de mulher (DAVIS, 2016, p.52).

³¹ A declaração de Sentimentos também ficou conhecida como Declaração dos Direitos e Sentimentos, foi um documento assinado em 1848, na Convenção de Seneca Falls por 68 mulheres e 32 homens.

desde o início da escravidão foram resistentes e assumiram posição combativa ao sistema escravista e ao racismo. Não houve uma mulher negra na convenção e as mulheres brancas trabalhadoras estavam sub-representadas.

Apesar de excludente, em especial em relação às mulheres negras, a autora nos conta como o movimento de mulheres foi acolhido pelo movimento abolicionista, inclusive a pauta do sufrágio feminino foi defendida por militantes ativos na luta pela libertação negra. O apoio da população negra para a luta das mulheres por igualdade foi fundamental para pressionar a sociedade estadunidense, que se recusava a aceitar as reivindicações das mulheres. As convenções que se seguiram à Seneca Falls foram compostas majoritariamente por mulheres brancas da classe média, e a exemplo do movimento abolicionista, o movimento de mulheres falhou em desenvolver uma consciência antirracista.

Assim como a ideologia racista permeou os movimentos por igualdade, também não houve contestação da ideologia burguesa, que de acordo com Davis inviabilizou a integração das lutas e minou o potencial transformativo da sociedade estadunidense neste período. Os abolicionistas brancos, bem como as líderes do movimento de mulheres, não questionavam o capitalismo industrial e a exploração da mão-de-obra nas fábricas: conseguiam fazer críticas pontuais à escravidão e à supremacia masculina sem compreender como as opressões estavam organicamente relacionadas, e que não haveria transformação social sem mudança nas bases econômicas. Sobre o movimento de mulheres, Davis destaca:

As líderes do movimento pelos direitos das mulheres não suspeitavam que a escravização da população negra no Sul, a exploração econômica da mão-de-obra do Norte e a opressão das mulheres estivessem relacionadas de forma sistemática. No interior do movimento de mulheres, em seus primeiros anos, pouco se discutia sobre a *população branca trabalhadora* - nem mesmo sobre as *mulheres brancas trabalhadoras*. Embora muitas mulheres apoiassem a campanha abolicionista, elas não conseguiam integrar sua consciência antiescravagista à análise que faziam da opressão das mulheres (DAVIS, 2016, p. 75, grifos meus).

Ao seguir com seus relatos, a autora explica que durante a Guerra Civil (1861-1865) as mulheres brancas organizadas se afastaram da luta pelo sufrágio e empenharam esforços na defesa da União contra os Estados Confederados, defendendo a emancipação da população escravizada e o imediato alistamento dos homens negros ao Exército da União. Com o final da guerra e o período da Reconstrução Radical (1865-1876) - que viabilizou as possibilidades de extensão do sufrágio masculino aos homens negros - o movimento de mulheres se radicalizou em direção ao racismo clamando pela solidariedade da supremacia branca.

As mulheres brancas de classe média, erroneamente, identificaram a abolição da escravidão como real emancipação do povo escravizado, assim, a concessão do voto aos homens negros elevaria o seu *status* social acima das mulheres brancas. Apesar da tentativa de união das lutas por sufrágio através da Associação pela Igualdade de Direitos, que teve o seu primeiro encontro em 1867, as sufragistas brancas marcavam a importância das mulheres terem acesso ao voto recorrendo aos argumentos de superioridade racial. As mulheres brancas não se importaram em contar com apoio de democratas racistas, que interessados em barrar a ascensão da população negra recém-liberta, estrategicamente se mostraram interessados pelo sufrágio feminino.

Outro aspecto apontado pela autora, diz respeito às posições do Partido Republicano - aliado aos interesses da União durante a Guerra Civil - que também agiu por conveniência quando defendeu a extensão do voto para os homens negros. O slogan "Chegou a hora do negro" não representava um interesse genuíno do partido em conceder poder político e concretizar a emancipação do povo negro. O partido representava os interesses da burguesia industrial do Norte que no pós-Guerra Civil queria expandir o seu domínio econômico para o Sul, daí a importância do voto de dois milhões de homens negros.

Para a população negra o acesso ao poder político era uma questão urgente, pois a sua sobrevivência estava em risco. Além da difícil situação econômica, mulheres e homens negros estavam encurralados pela atuação de gangues racistas. A crença de que o acesso ao voto melhoraria as condições de vida do povo negro não se concretizou, mas foi suficiente para causar temor entre as sufragistas brancas, que amparadas pela ideologia racista, receavam a ascensão política dos homens negros. Davis evidencia a especificidade do momento político que não permitia a conquista do voto para os dois grupos, simultaneamente, e destaca que “os homens negros e as mulheres negras do Sul, estavam envolvidos em uma guerra concreta por libertação” (p.87). A aprovação da décima quarta emenda - ratificada em 1868, que estendia o direito de votar também aos homens negros - e a dissolução da Associação por Igualdade de Direitos no ano seguinte, minaram as bases da aliança entre as lutas, e o movimento sufragista das mulheres brancas seguiu o seu próprio caminho.

Casamento entre racismo e sexismo no movimento sufragista feminino branco

O Período da Reconstrução (1865-1876) ampliou as possibilidades de integração da população negra recém-liberta, através da extensão do voto aos homens negros, e da criação de faculdades e escolas que seriam a base para as escolas públicas estadunidenses. O fim do período representa a reação da população branca que nos anos seguintes se empenhou no retrocesso que dificultaria a ascensão da população negra: a revogação em 1893 dos Atos de Direitos Civis (1875) e a institucionalização da segregação social no Sul, a partir das Leis Jim Crow reforçadas pela Lei dos linchamentos - que deu aval às punições sem a necessidade de julgamentos prévios dos suspeitos em envolvimento criminosos, aumentando significativamente os linchamentos dentre a população negra. Outro aspecto apontado por Davis para o período, relaciona o avanço das teorias de superioridade racial com a legitimação da expansão imperialista norte-americana pelo Pacífico e América Central. O racismo que estimulou a conquista de outros países no âmbito externo, internamente legitimou a ação dos capitalistas monopolistas industriais na sua busca por maiores lucros: a exploração da mão-de-obra imigrante no Norte, a apropriação da força de trabalho da população negra e dos trabalhadores brancos sem instrução no Sul. Davis comenta:

As mesmas forças que tentavam subjugar as populações desses países - Havaí, Filipinas, Cuba e Porto Rico - eram responsáveis pela deterioração da situação da população negra e de toda a classe trabalhadora nos Estados Unidos. O racismo alimentava essas iniciativas imperialistas, ao mesmo tempo em que era condicionado pelas estratégias e apologéticas do imperialismo (DAVIS, 2016, p.123).

A autora mostra que as mulheres negras reagiram à onda de violências conduzida contra a população negra. Diferentemente das agremiações das mulheres brancas - motivadas em se ocuparem em atividades outras que não as do lar, além de contarem com tempo livre -, as mulheres negras estavam comprometidas com a libertação de seu povo e tinham profunda consciência sobre a perversidade do racismo.

O movimento associativo das mulheres de cor contou com “professoras, donas de casa e alunas do ensino médio” (p.138), mas quem assumiu a liderança das associações foram as mulheres negras ricas, "cultas", que em muitos momentos adotaram posições elitistas, elegendo a si mesmas como representantes da massa de mulheres negras sem instrução - mas não as impediu de se comprometer com a luta pela libertação negra. Davis também destaca

que a competição no interior do movimento distanciou as mulheres negras, em especial, duas importantes ativistas: Ida B. Wells e Mary Church Terrell. Ambas filhas de ex-escravas e escravos, tiveram trajetórias diferentes. Ida teve a sua vida ameaçada, foi alvo de ataques racistas que incendiaram a redação de seu jornal, mas ela não se silenciou: "às vésperas de sua morte, ela permanecia a mesma militante de sempre, liderando um protesto de mulheres negras contra as políticas segregacionistas de um grande hotel de Chicago" (p.141-142). Mary Church Terrell foi privilegiada em relação às mulheres de mesma cor, com recursos financeiros e amplo acesso à educação. Todos os seus esforços em vida foram para a causa negra, e por dominar a fala e a escrita foram muitas as suas contribuições para a consolidação do movimento associativo das mulheres negras. Sobre Mary, Davis relata:

Escritora eloquente, oradora poderosa e mestre na arte do debate, Terrell empreendeu persistentes e escrupulosas defesas da igualdade negra e do sufrágio feminino, bem como dos direitos da classe trabalhadora. Como Ida B. Wells, ela se manteve em atividade até o ano da sua morte - aos 90 anos. Em um de seus últimos gestos de desafio ao racismo, marchou pela capital, Washington, fazendo parte de um piquete, aos 89 anos (DAVIS, 2016, p. 142).

Muito me emociona os relatos de vida dessas mulheres, que ativas até os últimos momentos de suas vidas se dedicaram arduamente para alterar a realidade de seu povo, através da organização das mulheres de cor, dada a neutralidade das agremiações femininas brancas. O movimento sufragista feminino branco a princípio, se esquivou em posicionar-se sobre a igualdade racial, sob pretexto de que afastaria as mulheres brancas do Sul da luta. Deste modo, por conveniência, não se esforçou em integrar as mulheres negras e também se afastou dos homens negros que militavam pela causa. Com o acirramento da violência contra a população negra, em especial nos anos 1890, o discurso da conveniência se transformou em racismo declarado, e as sufragistas aderiram à supremacia masculina, contraditória com o histórico de luta do movimento. A união entre racismo e sexismo fez com que a luta pelo sufrágio feminino recorresse à exaltação da maternidade, pois as mulheres brancas instruídas, enquanto mães, tinham a responsabilidade de preservar a raça anglo-saxã contra os avanços da "inferior" raça africana.

Davis manifesta que a neutralidade com que as líderes sufragistas brancas lidaram com os horrores vivenciados pela população negra no período pós-Reconstrução, alargou espaços para que o racismo fosse defendido dentro do movimento, que se silenciou cada vez

mais sobre a violência das gangues racistas, responsáveis pelas mortes de muitas pessoas negras. Ao mesmo tempo, a não contestação das relações entre as classes, aproximou as sufragistas dos desejos do imperialismo, expressos pelos capitalistas monopolistas, que diretamente interessados na divisão da classe trabalhadora, se apressaram em forjar a luta entre as raças: a capacitação da população negra do Sul - que teve acesso à educação no período da Reconstrução - em detrimento da classe trabalhadora branca sem instrução, culminaria na disputa por trabalho entre brancos e negros. A saída, portanto, seria a concessão do voto às mulheres brancas alfabetizadas que sustentariam a supremacia masculina branca, e conduziriam à Nação rumo à prosperidade.

A concessão do voto às mulheres brancas lastreada nas posses e no nível educacional, excluiria da vida política a maior parte da população estadunidense: a população negra, além de imigrantes e brancas/os analfabetas/os. Para a autora, o movimento sufragista feminino fracassou em estabelecer a sororidade entre as mulheres, pois a busca pelo voto como um fim em si mesmo se encaminhou para a defesa das ideologias burguesa, racista e sexista. Perdeu-se de vista os direitos políticos das mulheres, o objetivo primeiro estava em impedir avanços dos considerados inferiores que enfraqueceram a Nação, e garantir a manutenção do poder da população branca.

Conquista do voto feminino: luta das mulheres brancas trabalhadoras e das mulheres negras

Somente no início do século XX que as mulheres brancas trabalhadoras de fato abraçaram a luta sufragista, pois através da legislação viram possibilidades concretas para alterar as condições de trabalho nas fábricas. As mulheres operárias, no início do movimento sufragista - por testemunharem a condição social de seus companheiros, que pouco se alterou com o voto, pois eles continuaram a ser explorados economicamente - se preocuparam com questões mais urgentes, e nas organizações sindicais pautaram: aumento dos salários, redução das jornadas, melhores condições de trabalho, já que o voto se apresentava, naquele momento, como uma causa abstrata.

O movimento sufragista feminino hegemônico, nos anos 1860, apostava no voto feminino como "verdadeiro segredo da emancipação feminina" (p.147). Deste modo, as principais expoentes, que deram o tom ao movimento - Elizabeth Cady Stanton e Susan B. Anthony - argumentavam sobre a força opressora da dominação masculina, superior às outras

formas de dominação. No entanto, para as mulheres negras e brancas trabalhadoras, o verdadeiro inimigo não era o homem, apesar de sofrerem com a conduta sexista de seus companheiros, mas sim o patrão. Por fazerem parte de outra camada social provida de mais recursos financeiros, as mulheres sufragistas brancas, não reconheceram a dimensão da exploração econômica e nem da opressão racista, que aproximava as outras mulheres de seus companheiros. Assim como não reconheceram com maior urgência a luta da população negra que pleiteava o acesso ao voto durante este período, também não apoiaram a solidariedade entre as classes, pois “mulher era o critério definitivo” (p.145).

As mulheres negras apesar da exclusão do movimento sufragista feminino - que em 1919, às vésperas da conquista do sufrágio, ainda se recusava a aceitar agremiações de mulheres de cor na Associação Nacional Estadunidense pelo Sufrágio Feminino - sempre se mantiveram firmes na luta pelo direito das mulheres ao voto, e contaram com o apoio dos homens negros. Com poucas exceções, elas não aderiram ao ideal de feminilidade que exaltava a maternidade e a moralidade das mulheres para reivindicar o voto, pois acreditavam no potencial político feminino que contribuiria para a transformação social.

A conquista do direito ao voto pelas mulheres, através da aprovação da décima nona emenda, por pouco não foi derrotada pelos estados do Sul. A conveniência das mulheres brancas ao se afastarem das mulheres negras, com vistas a não perder o apoio das mulheres brancas do Sul, não foi estrategicamente eficiente. Apesar da extensão do sufrágio, as mulheres negras, com violência ou de modo mais brando, foram barradas de exercer o direito, e não contaram com o apoio das mulheres brancas para fazer valer a recente conquista.

Aspectos da libertação: distanciamento do trabalho doméstico e acesso à educação

Davis relata como a emancipação não alterou a realidade das mulheres e homens negros, a exploração da sua força de trabalho se modificou, mas mantiveram-se as bases da escravidão. O trabalho nos campos sulistas reproduziu a indiferenciação sexual, e instituiu a servidão por dívidas através de contratos nos quais os proprietários de terras se apropriaram de boa parte da produção total de meeiras/os e arrendatárias/os negras/os. O encarceramento em massa da população negra obrigada ao trabalho forçado, tornou rentável o sistema penitenciário do Sul.

As mulheres negras que não estavam trabalhando nos campos não conseguiram escapar do trabalho doméstico. Por oito décadas após o término da escravidão, a autora mostra que um terço da força de trabalho feminina negra se ocupou em desempenhar um trabalho considerado degradante ao qual as mulheres brancas do Sul se recusaram a fazer. Para além das longas jornadas diárias de trabalho, do confinamento na casa da patroa com direito a visitar sua família poucas vezes ao longo do mês, as mulheres negras foram alvo do assédio sexual dos homens para quem trabalhavam. A situação não foi diferente quando elas foram para o Norte em busca de melhores condições de trabalho, lá também se depararam com ocupações domésticas com as menores remunerações e abusos sexuais.

No que diz respeito ao trabalho, Davis ressalta a necessidade da desassociação de que "negros são serviçais e serviçais são negros" (p.101), e como a maior parte da população negra ainda estava atrelada ao serviço doméstico - mesmo após um século do fim da "instituição peculiar"³², a liberdade parecia distante. Assim como a emancipação não garantiu a admissão em outras ocupações e melhores condições de trabalho, também não assegurou o acesso à educação, e apesar de esperançosos com a recém-liberdade, o povo negro não foi ingênuo em acreditar que a luta havia acabado. O longo caminho para a libertação incluía a conquista de terras, o direito ao voto, e principalmente, tomaram como prioridade a educação.

O anseio pelo conhecimento durante a escravidão foi comum entre homens e mulheres negras que se arriscaram em busca da alfabetização - mesmo sob ameaça do açoite - e se empenharam em repassar o que haviam adquirido clandestinamente para outras pessoas escravizadas: "vou aprender a ler para ensinar meus camaradas"³³. O acesso às letras se deu através de bíblias ou cartilhas, comuns nas casas dos senhores. A proibição do aprendizado, encoberta pela suposta inferioridade intelectual de negras e negras, representava o medo dos senhores da potencial combinação entre educação e libertação, tornando-os "inaptos" à escravidão.

A poderosa aliança entre as mulheres negras e brancas na luta histórica do povo negro por educação, segundo a autora, foi um dos maiores exemplos de sororidade entre as mulheres. As professoras negras e brancas foram muito generosas na partilha do

³² A tradutora do livro de Angela Davis, Heci Regina Candiani, faz uma nota para nos explicar que o termo é um eufemismo para escravidão, no contexto norte-americano.

³³ Esse verso compõe a canção *Yáyá Maseмба* composta por José Carlos Capinam e Roberto Mendes. Ficou conhecida pela belíssima interpretação de Maria Bethânia, gravada em 2003 no álbum *Brasileirinho*.

conhecimento entre si e para com as suas alunas e alunos, e “parecem ter desenvolvido uma profunda e intensa admiração mútua” (p.115). O auge da unidade entre as mulheres se deu no pós-Guerra Civil, quando empenharam esforços contra o analfabetismo nos estados do Sul.

Os profícuos avanços conquistados durante o Período da Reconstrução Radical, através da criação de Universidades e escolas no Sul, facilitaram o acesso à educação pelas pessoas negras. Os retrocessos do período seguinte à Reconstrução, aprofundados pelas Leis Jim Crow e pela Lei dos linchamentos, não foram suficientes para minar a confiança que o povo negro havia conquistado através do desejo pelo saber, que o manteve na luta pela melhoria de suas condições de vida.

As falhas no movimento feminista hegemônico contemporâneo³⁴

Para nos contar sobre o movimento feminista hegemônico dos anos 1970, a autora faz uma reconstrução histórica sobre os anseios das mulheres negras e menos favorecidas em relação às pautas feministas, que remonta ao século XIX. As mulheres organizadas em 1970, em sua maioria, brancas da classe média e alta, intelectualmente instruídas, viam com maus olhos a não adesão das mulheres negras e de minorias étnicas às suas propostas de combate à violência sexual e legalização do aborto. Mas as mulheres que se afastaram da luta pela libertação feminina tiveram boas razões em sua desconfiança, pois sentiram que suas experiências e exigências eram desconsideradas pelo discurso feminista hegemônico.

As mulheres negras sempre combateram ativamente os estupros, desde a escravidão desenvolveram uma consciência, enquanto grupo social, de como eram alvos fáceis da violência sexual. Vistas como propriedades de seus senhores, os abusos sexuais compuseram a rotina da escravidão, e ampliaram a exploração econômica sobre seus corpos. Mesmo com a emancipação, sofreram com a atuação das gangues racistas que, determinadas a impedir a igualdade negra, cometeram assassinatos e recorreram aos ataques sexuais. Também foram afetadas pelas formas menos diretas das violências sexistas em todas as suas relações com os homens brancos, sancionadas por autoridades, pela produção acadêmica, literária e artística que fortaleceram o mito das mulheres negras como promíscuas, portanto, convidativas ao sexo.

³⁴ Contemporâneo se refere aos anos de produção e publicação da obra de Angela Davis, isto é, anos 1970 e 1980.

O povo negro foi caracterizado como sexualmente imoral: ao lado do mito da mulher negra promíscua, forjou-se o mito do homem negro estuprador. Para Davis, a ideologia racista que legitimou a invasão dos corpos das mulheres negras, elegeu o homem negro como estuprador das mulheres brancas a fim de validar, frente à opinião pública, a selvageria dos linchamentos executados contra a população negra. As mulheres negras compreenderam a relação entre as violências e empreenderam esforços contra os linchamentos: foi monumental a dedicação de Ida B. Wells e Mary Churchill Terrell nas últimas décadas do século XIX, bem como a atuação de Mary Tilbert, nos anos 1920, nas Cruzadas Contra os Linchamentos. As mulheres brancas, apesar do apelo de suas irmãs negras, reagiram aos linchamentos tardiamente, apenas em 1930 discutiram sobre a responsabilização das mulheres que participavam diretamente dos linchamentos públicos, além do ensinamento racista às crianças que presenciavam o horror dos espetáculos.

Davis retoma como os linchamentos, enquanto estratégia de coerção da população negra, cresceram nos anos seguintes ao término da Guerra Civil. As justificativas para esta violência se alteraram até chegar em sua forma mais bem acabada: o mito do estuprador negro. O início dos linchamentos, a mando dos proprietários de escravos, foi utilizado para defender os lucros provenientes da escravidão e visou os homens brancos abolicionistas. Com a emancipação da população escravizada, os linchamentos saltaram em número e se direcionaram aos recém-libertos. Em um primeiro momento, a população branca alegou que se fazia necessário conter as insurgências do povo negro; depois, que era preciso combater a suposta supremacia negra. Tais argumentos não tinham correspondência com a realidade, ainda mais depois de 1876, com a revogação dos direitos civis concedidos à população negra. Foi preciso um novo pretexto. É neste momento histórico que Angela identifica o surgimento do mito do estuprador negro, que legitimou a agressão dos homens brancos prontos a defender a feminilidade das suas mulheres brancas. Os capitalistas se beneficiaram duplamente com o mito racista, já que tiveram facilitada a exploração da "vil" força de trabalho negra, além de contar com a cisão na classe trabalhadora que se afastou da população negra, impedindo a solidariedade de classe.

O movimento antiestupro dos anos 1970 resgatou o mito do estuprador negro e afastou as mulheres negras da luta. As mulheres brancas que dominaram os estudos sobre o estupro, mostraram os homens negros e de minorias étnicas como os mais propensos ao ataque sexual. Elas não deram a devida atenção sobre como as mulheres negras, enquanto

vítimas sexuais, tinham demandas específicas: afinal, elas pautavam desde o século passado, a relação entre os estupros que sofriam com os linchamentos direcionados aos homens negros, falsamente acusados de estupradores das mulheres brancas. O que não quer dizer que os homens negros não fossem capazes de violar sexualmente as mulheres, a autora não é ingênua, mas ela nos alerta sobre o quão limitadas eram as estatísticas que olhavam para as notificações e condenações por estupro, pois deste modo escondiam os estupradores anônimos. No anonimato ela identifica os homens brancos capitalistas e da classe média, pois o poder econômico facilitou a violação sexual, e protegidos de processos judiciais, eles não sofreram punições. A autora destaca que a ascensão dos estupros neste período - anos 1970 - teve forte relação com a necessidade dos capitalistas em afirmar a sua dominação, especialmente em um momento de crise do capitalismo. O combate à violência sexual seria ineficiente ao adotar como causa apenas a opressão pelo sexo - ainda mais sobre bases racistas. A luta feminista, em todos os níveis, deveria fundamentar a sua crítica ao sistema econômico sem perder de vista as suas âncoras ideológicas - racistas e sexistas - que supervalorizavam os ganhos capitalistas.

Em relação aos direitos reprodutivos, no auge dos anos 1970 nos EUA, quando as feministas conquistaram a legalização do aborto - uma importante vitória para o movimento - as mulheres negras, indígenas, de origem mexicana e porto riquenhas denunciavam a esterilização compulsória como prática violenta que negava, às mulheres pobres e da classe trabalhadora, o direito de se reproduzir livremente. Elas, juntamente com as mulheres brancas pobres, eram quem mais sofriam com os abortos clandestinos, que interessou a particulares que lucraram através de métodos rudimentares e conduziram à morte muitas mulheres. Em 1977, aprovada a emenda Hyde, que revogou os fundos federais para abortos legais, os grupos de mulheres mais vulneráveis economicamente foram os mais atingidos. Sem dúvidas, elas eram as mais interessadas pelo aborto legal, pois tinham de interromper a gravidez por necessidade, tamanha a privação socioeconômica a que estavam submetidas. A autora relata:

Elas eram a favor do *direito* ao aborto , o que não significava que fossem *defensoras* do aborto. Quando números tão grandes de mulheres negras e latinas recorrem a abortos, as histórias que relatam não são tanto sobre o desejo de ficarem livres da gravidez, mas sobre as condições sociais miseráveis que as levam a desistir de trazer novas vidas ao mundo (DAVIS, 2016, p. 207, grifos meus).

As mulheres negras, durante a escravidão, pela imposição de uma vida consumida pelo trabalho compulsório, também recorreram aos abortos, além de infanticídios:

Por que os abortos auto induzidos e os atos relutantes de infanticídio eram ocorrências tão comuns durante a escravidão? Não era porque as mulheres negras haviam descoberto soluções para as suas agonias, e sim porque elas estavam *desesperadas*. Abortos e infanticídios eram atos de desespero, motivados não pelo processo biológico de nascimento, mas pelas condições opressoras da escravidão. A maioria dessas mulheres, sem dúvida, teria expressado seu ressentimento mais profundo caso alguém saudasse seus abortos como um passo rumo à liberdade (DAVIS, 2016, p. 208, grifos meus).

Angela argumenta que as mulheres que desconfiavam das feministas brancas que militavam pela legalização do aborto nos anos 1970 tinham como referência o histórico do movimento pelo controle de natalidade, que se aproximou do movimento eugenista e justificou o controle populacional, de base racista, no âmbito interno e externo.

Apesar das mulheres serem as mais interessadas em conhecer os métodos contraceptivos, foi apenas no interior do movimento organizado que esta demanda se concretizou como um direito político. Com o surgimento do movimento de mulheres estadunidense no século XIX, as mulheres brancas com recursos financeiros colocaram a necessidade de planejamento das gestações, pois uma carreira profissional e educação superior exigiam a regulação da quantidade de filhos. A maternidade voluntária ampliou a consciência das mulheres brancas sobre os seus corpos: elas não precisavam se submeter aos desejos sexuais dos maridos apenas por obrigação e pela reprodução. No entanto, uma vida econômica promissora fora do lar era uma realidade concreta apenas das mulheres burguesas. Para as trabalhadoras, a preocupação era sobreviver com os poucos recursos que recebiam em troca de muito trabalho.

As mulheres brancas burguesas no início do movimento de mulheres defendiam a maternidade voluntária como um direito de todas as mulheres, porém, com a ascensão da ideologia racista - que no movimento sufragista feminino se expressou através do apelo à supremacia branca elegendo as mulheres brancas como “mães da raça” - aderiram à regulação da natalidade para impedir que a população branca burguesa diminuísse em relação às populações de outras etnias e pobres. Para este período, a autora aponta que a taxa de natalidade entre a população branca decresceu, o que fez o presidente Theodore Roosevelt, em 1905, falar em "suicídio da raça". O controle de natalidade abertamente racista dividiu as

mulheres: as brancas teriam o *direito* de planejar a sua família, já as mulheres pobres e de minorias étnicas seriam moralmente impelidas a controlar o tamanho de sua prole. Com a influência do movimento eugenista, o movimento pelo controle da natalidade descambou ao racismo, e não mediu esforços para reduzir a população negra - inclusive apelando à doutrinação por pastores negros.

Os dados das esterilizações nos EUA são alarmantes: Davis mostra que apenas em 1972 foram feitas de 100 a 200 mil esterilizações, de acordo com o governo federal³⁵, e as mulheres negras e de minorias étnicas foram esterilizadas em maior proporção do que as mulheres brancas. Dentre as mulheres indígenas, uma em cada quatro tinha sido esterilizada em 1976. Para as porto riquenhas a estatística, nos anos 1970, foi de 35% de mulheres esterilizadas em idade fértil. Em 1973, as irmãs Relf, adolescentes negras de 12 e 14 anos se tornaram inférteis por meio de uma cirurgia não consentida pela mãe, mas aprovada pelo Estado.

No momento histórico que Davis analisa, isto é, nos anos 1970, a autonomia das mulheres no que diz respeito aos direitos reprodutivos não se concretizaria apenas através da legalização do aborto. As feministas brancas foram relutantes em denunciar as esterilizações compulsórias, pois elas enfrentavam a burocracia quando decidiam pelo procedimento, mas não eram o alvo de práticas violentas. Pelo contrário, pelos seus privilégios de raça e classe foram estimuladas a procriar, enquanto as negras, indígenas, *chicanas* e porto riquenhas foram coagidas à infertilidade.

Contribuições de Angela Davis para o pensamento feminista negro

A reflexão teórica de Davis (2016) tem como referência a experiência social das mulheres, pois para se vislumbrar a emancipação e a libertação, a experiência e a vivência devem funcionar como âncoras. Ao defender a liberdade como uma possibilidade concreta, se propôs a construir uma teoria sobre as relações de poder que, simultaneamente, trabalhasse com a sujeição e a agência, a opressão mas também as resistências, resgatando muito da cultura das mulheres negras.

³⁵ Angela mostra os dados estimados de Carl Shultz, diretor do Escritório para Questões Populacionais do Departamento de Saúde, Educação e Bem-Estar do período (DAVIS, 2016, p.220).

O seu objetivo em reconstruir a história das mulheres negras visou eliminar os mal-entendidos históricos que foram construídos a partir de pontos de vista outros, a fim de localizá-las socialmente: elas desempenharam, sobretudo, o papel de trabalhadoras. Os ecos da escravidão são sentidos pela sua forte ligação, ainda nos anos 1980, com o trabalho doméstico, desprovido de reconhecimento simbólico, além de mal remunerado.

As outras mulheres também tiveram as suas experiências analisadas a partir do trabalho, a autora discorre sobre os outros grupos sociais: as burguesas e as brancas trabalhadoras. O destaque dado à categoria trabalho se sustenta, pois é a partir da exploração do trabalho que se cria a base material. Davis não elege a dominação econômica como mais importante, mas salienta como por meio da base material capitalista se forjaram as ideologias - burguesa, racista e sexista - que permitiram o transbordamento dos ganhos econômicos.

A autora milita pela união das lutas, pois os direitos políticos devem se estender a todos os grupos sociais. O potencial revolucionário está na união que considera as diferenças, pois foi ineficaz o movimento feminista hegemônico que universalizou a experiência da mulher branca burguesa - que não sofreu com as privações econômicas e piores condições de trabalho, muito menos com a discriminação racial. Outro caminho que Davis sugere ao feminismo perpassa a luta institucional: exigência do Estado em se ocupar de funções que não atraem os investimentos capitalistas, mas que são fundamentais para alterar as condições de vida das mulheres trabalhadoras. Adotando como horizonte o Socialismo, o combate presente deveria focar na redução dos lucros capitalistas, através da exigência de maiores salários e igualdade jurídica. Em síntese, o feminismo que genuinamente se preocupa com a libertação de *todas* as mulheres, necessariamente se compromete com a luta anticapitalista e confronta os privilégios de classe, de raça e de sexo.

2.3. bell hooks

2.3.1. Breve biografia de bell hooks

Tive maiores dificuldades para encontrar a trajetória detalhada de bell hooks, mas compartilho as informações a que tive acesso, principalmente através de suas obras, que escolhi reproduzir integralmente. bell hooks é o pseudônimo de Gloria Jean Watkins, a escolha pelo nome foi uma homenagem a sua avó Bell Blair Hooks, e a grafia em letras

minúsculas é intencional: “o mais importante em meus livros é a substância e não quem eu sou”. De acordo com a curta biografia disponibilizada pela Editora Elefante, bell hooks nasceu em 1952, na cidade de Hopkinsville, no estado sulista Kentucky, nas palavras da autora:

Eu sou uma mulher negra. Eu frequentei todas as escolas públicas negras. Eu cresci no Sul onde tudo à minha volta eram fatos de discriminação racial, ódio e segregação forçada (hooks, 1981, p.164).

Os seus pais pertenciam à classe trabalhadora e sua família era numerosa: cinco irmãs e um irmão. Em outro momento de seus escritos, bell mostra a posição de sua família, e de muitos outros norte-americanos negros, na marginalidade:

Na qualidade de americanos negros a viver em uma pequena cidade de Kentucky, as linhas de caminho-de-ferro recordavam-nos diariamente a nossa marginalidade. Do outro lado dessas linhas, havia ruas pavimentadas, lojas onde não podíamos entrar, restaurantes onde não podíamos comer e pessoas que não podíamos olhar diretamente nos olhos. Do outro lado dessas linhas, havia um mundo onde podíamos trabalhar como empregadas domésticas, como faxineiras, como prostitutas, desde que fosse na condição de serviço. Podíamos entrar naquele mundo, mas não podíamos viver lá. Tínhamos sempre que regressar à margem, de atravessar aquelas linhas, até às barracas e casas abandonadas na periferia da cidade (hooks, 1984, preface).

No entanto, ao contrário de Angela Davis que nas escolas segregadas do Alabama achou positivo o estudo da história negra, hooks criticou defasagens no ensino básico sobre a questão racial:

(...) a minha educação política de raça na sociedade americana não foi diferente das mulheres estudantes brancas que conheci integradas em escolas secundárias, em colégios, ou em vários grupos de mulheres. A maioria de nós compreende o racismo como um mal social perpetuado por brancos preconceituosos que se podem derrotar através de vínculos entre negros e brancos liberais, através do protesto militante, mudando as leis ou a integração racial. As instituições de educação acadêmica nada fizeram para aumentar a nossa compreensão limitada do racismo como uma ideologia política. Ao invés, os professores sistematicamente negaram a verdade, ensinando-nos a aceitar a polaridade racial na forma da supremacia branca e a polaridade sexual na forma do domínio masculino (hooks, 1981, p.164).

Inclusive ao falar sobre as professoras negras, mostra os efeitos da socialização sexista e racista a que esteve submetido, também, o povo negro:

Estou certa que as mulheres negras professoras do sexto grau que nos ensinam História, que nos ensinam a identificarmo-nos com o governo americano, que amam

os estudantes que melhor recitam o compromisso da lealdade à bandeira americana não estão cientes da contradição; que devemos amar este governo que nos segregou, que não falhou em enviar para escolas segregadas todos os estudantes negros impedidos de entrar em escolas apenas com estudantes brancos (hooks, 1981, p.165).

No ensino superior, bell graduou-se em Literatura Inglesa pela Universidade de Stanford, fez mestrado na Universidade de Wisconsin e doutorado na Universidade da Califórnia. De acordo com a autora, a primeira versão de seu livro *Não sou eu uma mulher? Mulheres negras e feminismo*, foi finalizado quando ela tinha apenas dezenove anos, o que demonstra a sua consciência enquanto mulher negra ainda quando jovem. A sua primeira intenção ao começar a escrever a obra foi para “documentar o impacto do sexismo no *status* social das mulheres negras” (hooks, 1981, p.29). O envolvimento de bell no movimento de mulheres durante a graduação, nos anos 1970, foi marcado pelo incômodo, pois as feministas brancas insistiam na separação entre a opressão racial e de gênero:

A minha experiência de vida mostrou-me que as duas questões são inseparáveis, que no momento do meu nascimento, dois fatores determinaram o meu destino, ter nascido negra e ter nascido mulher. Quando entrei na minha primeira turma de estudos de mulheres na Universidade de Stanford, no início dos anos 1970, uma turma ensinada por uma mulher branca, eu atribuí a ausência de trabalhos escritos por ou sobre mulheres negras à professora ser condicionada como uma pessoa branca numa sociedade racista em ignorar a existência de mulheres negras e não por ela ter nascido mulher. Durante esse tempo exprimi às feministas brancas a minha preocupação sobre tão poucas mulheres negras terem vontade em apoiar o feminismo (hooks, 1981, p.29).

É interessante como hooks, e outras feministas negras, utilizaram as suas próprias experiências como significativas na validação da sua produção teórica, pois um campo alimenta o outro. O interesse da autora em investigar as desigualdades de raça, classe e sexo se concretizou na autoria de “mais de trinta livros de vários gêneros, como crítica cultural, teoria, memórias, poesia e *delicada* literatura infantil”. Em suas obras que discutiu especificamente sobre as mulheres negras, enfatizou sobre a importância do movimento feminista: “a nossa luta pela libertação - das mulheres negras - tem significado apenas se tiver lugar com o movimento feminista que tem como fundamental objetivo a libertação de todo o povo” (hooks, 1981, p.29).

2.3.2. *Não sou eu uma mulher? Mulheres negras e feminismo* (hooks, 1981)

No momento em que bell hooks escreve o seu livro, no auge do movimento feminista dos anos 1960/70, ela está preocupada com o silêncio das mulheres negras, que ela caracteriza como “o silêncio das oprimidas - o profundo silêncio causado pela resignação e aceitação de um único destino” (p.14). Ela mostra que nos anos 1970, a geração de mulheres negras se mostrava muito mais conformada com a subordinação sexista do que as mulheres negras do século XIX. No período pós-emancipação, as mulheres negras foram confrontadas por um duplo dilema: apoiar o sufrágio feminino as aproximaria das mulheres brancas que estavam clamando pela solidariedade racial para conquistar o direito ao voto; por outro lado, apoiar o sufrágio apenas para os homens negros reforçaria a ordem patriarcal. Mas naquele momento, as mulheres negras se posicionaram e combateram simultaneamente o racismo e o sexismo. Em seu discurso, Sojourner Truth problematiza a falta de debate sobre o acesso ao voto para as mulheres negras:

há uma grande agitação sobre os homens negros terem os seus direitos, mas nem uma palavra sobre as mulheres negras; e se os homens negros tiverem os seus direitos, e não as suas mulheres negras, vocês verão os homens negros serem donos das mulheres, e será tão ruim como foi até então” (hooks, 1981, p.17).

Para a autora, o período da Reconstrução permitiu que os homens negros participassem da vida americana, e eles estimularam a submissão das mulheres negras. Gradativamente, o papel político ativo das mulheres negras foi desencorajado. Já no século XX, após a conquista do sufrágio feminino houve um arrefecimento do movimento de mulheres como um todo e as mulheres negras foram se adequando ao sexismo. bell nos mostra que em uma pesquisa realizada nos anos 1930/1940 as mulheres negras identificavam como força mais opressiva o racismo e não o sexismo. Nos anos 1950, com o movimento pelos direitos civis, as mulheres e homens negros se juntaram na luta pela igualdade racial, porém os homens negros que mais se destacaram como lideranças políticas. Os ativistas negros reivindicavam a sua entrada no modo de vida americano, eles não rejeitavam os valores culturais, inclusive o patriarcado. O movimento dos anos 1960 pela libertação negra apoiava os papéis sexuais: “as mulheres negras deviam cuidar das necessidades da casa e criar os guerreiros para a revolução” (p.19). Algumas ativistas negras contestaram a posição de subordinação, outras mulheres negras aceitaram a submissão aos homens negros, e o movimento que pretendia libertar o povo negro passou a defender o patriarcado negro.

Por outro lado, o movimento feminista também não foi acolhedor, e não lidou com o impacto do sexismo e do racismo na vida das mulheres negras. Quando as feministas brancas admitiram a condição específica das mulheres negras, elas romantizaram e enalteceram a força dessas mulheres, no entanto, hooks alerta “que ser forte perante a opressão não é o mesmo que superar a opressão, pois a sobrevivência não deve ser confundida com a transformação” (p.20).

As mulheres negras não foram reconhecidas como grupo, pois: “quando o povo negro é falado a tendência é focada nos *homens negros*; e quando as mulheres são faladas a tendência recai sobre as *mulheres brancas*” (p.21). A tradição acadêmica em usar *mulheres*, mesmo que se refira apenas às mulheres brancas, a autora aponta como uma prática que perpetuou o racismo e negou a existência das mulheres não brancas. Além, perpetuou o sexismo por assumir que as mulheres brancas são definidas apenas pela sua sexualidade, que elas não têm identidade racial. As feministas liberais não fizeram uma crítica à prática sexista-racista, pelo contrário, se empenharam em conservá-la.

Assim como no século XIX, as mulheres negras no século XX foram colocadas em um duplo dilema: escolher entre o movimento negro que defendia os interesses do patriarcado negro ou o movimento feminista que defendia os interesses das mulheres brancas racistas e elitistas. O livro de hooks é um chamamento às mulheres negras, que não devem se ausentar da luta feminista e se sujeitar à dominação sexista, mas elas devem exigir mudanças. Ela investiga de modo mais detalhado sobre como os movimentos - negro e feminista - se distanciaram das demandas das mulheres negras e, para tanto, analisa: a desvalorização da condição feminina negra através dos estereótipos criados para representar a mulher negra; o sexismo dos homens negros; o racismo das mulheres brancas e a importância da luta feminista para as mulheres negras. Para a autora, não há separação entre raça e sexo, a recusa na identificação do entrelaçamento e as lutas separadas “negam uma verdade básica da nossa existência, que a raça e o sexo são ambos faces imutáveis da identidade humana” (p.29).

Os mitos sobre a mulher negra e o homem negro

hooks (1981) também discute os mitos que foram construídos sobre o povo negro. O que me interessa em sua abordagem são as raízes sexistas antimulher que foram responsáveis

pela contínua desvalorização da natureza feminina negra. Os estereótipos negativos influenciaram na autodefinição das mulheres negras, pois elas sempre foram bombardeadas por imagens que negaram a sua humanidade.

A autora mostra que a hierarquia sexual inventada pelos brancos e aceita por toda a população negra, ainda durante a escravidão, colocava o homem branco no nível superior, em segundo lugar estavam as mulheres brancas, em terceiro lugar os homens negros e, por último, as mulheres negras. Para ela, a violação sexual de uma mulher branca sempre chamou mais atenção do que a violação sexual das mulheres negras, daí a aceitabilidade social do violador negro. Os homens e mulheres brancas aceitaram que as mulheres negras eram animais, providas de instintos sexuais aflorados que induziam os homens ao sexo. Mesmo aqueles que discordavam dos abusos sexuais, aceitavam que durante o estupro, as mulheres negras se transformavam: a humilhação alterava a sua dignidade e reduzia o seu valor. A velha desculpa de culpabilizar a vítima, buscando nela sinais que justificavam a agressão.

Com a emancipação, o povo negro se empenhou em alterar a imagem negativa das mulheres negras, mas não houve apoio das pessoas brancas. De acordo com hooks, elas não eram vistas como mulheres, e ao tentarem copiar o modo de se portar e os trajes das mulheres brancas, foram ridicularizadas pelos homens brancos, que atirariam lama - literalmente - para lembrá-las da sua condição indigna de consideração e respeito.

O esforço deliberado dos brancos em minar a confiança e respeito das mulheres negras por si mesmas foi um “método calculado de controle social” (p.87). Para a autora, a supremacia branca se empenhou na separação das raças, inclusive pela proibição de casamentos inter-raciais, mas o elemento que sedimentou o *apartheid* foram os apelativos míticos racistas que muito contribuíram para a fobia das brancas/os em relação às negras/os.

hooks recupera que as mulheres brancas foram dominadas pela imagem do homem negro estuprador, e foram responsáveis na aceitação de punições - linchamentos, castrações. Já os homens brancos não se interessaram pelas mulheres negras - apenas no contexto de sexo ilícito, que inclusive foi encorajado através das muitas casas de prostituição para dar conta das demandas dos homens brancos -, pois as mulheres de sexualidade aguçada não eram confiáveis para casamentos.

A autora sugere que a sociedade americana alterou a imagem dos homens negros, nos anos 1970 não circulava mais como uma "verdade absoluta" (p.92) que eles eram

estupradores de mulheres brancas - Davis (2016) observa para este mesmo período, como o movimento antiestupro reapresentou o mito do estuprador negro, que mostrava os homens negros e de minorias étnicas como os maiores violadores. hooks justifica que o público estadunidense aceitou, através do cinema e da televisão, casais formados por homens negros e mulheres brancas, mas não se mostrou receptivo a casais de mulheres negras e homens brancos. Para ela, a maior aprovação e incidência de casamentos entre negros e brancas do que entre negras e brancos, é explicada pela política sexual patriarcal. O domínio branco é ameaçado quando os casamentos entre negras e brancos acontece, já que a mulher negra e sua prole herdaram a condição do homem branco.

bell investiga a quem interessou a perpetuação dos estereótipos negativos da mulher negra, e de como os mitos ajudaram a controlar a sexualidade das mulheres negras, pois elas desenvolveram um medo fóbico dos homens brancos, impedindo-as de perceberem que os homens negros também poderiam ser abusivos. Houve pouca discussão no interior da comunidade negra, o foco no racismo dominou as preocupações do movimento nos anos 1960 e dificultou o enfrentamento do sexismo negro, que também oprimia as mulheres negras.

A desvalorização da natureza das mulheres negras imprimiu no imaginário social que elas são inerentemente ruins, que a sua existência é degradante. A autora identifica como a aceitação da ideologia sexista permeou os povos branco e negro, afetando a percepção das mulheres negras pelos membros da sua comunidade, e também sua autopercepção. Ao falar novamente sobre o mito da matriarcalidade negra, ela nos diz sobre como ele foi adotado pelas mulheres negras como uma realidade, pois era a melhor imagem que elas tinham de si. No entanto, hooks é assertiva neste capítulo, com outros argumentos, para dizer que nunca houve um matriarcado na sociedade estadunidense. As mulheres negras não exerceram o controle político e social no interior das famílias, portanto, o seu *status* social não foi superior ao do homem negro.

Sintetizando os debates, a autora fala como os acadêmicos brancos, ao analisar o núcleo familiar negro, colocaram as mulheres negras como provedoras, e tal posição minou a capacidade dos homens negros de exercer o cargo de chefia. O fundamento da castração simbólica dos homens negros, para ela, está baseado no argumento de que os homens se sentem realizados pelo trabalho, isto é, exercem o seu poder masculino por meio do poder econômico.

Para elucidar sobre a questão, hooks nos explica, inclusive através de experiências que testemunhou em sua vizinhança, que os homens negros não romantizavam o trabalho, e o exercício de seu poder no interior das famílias negras não se concretizou por essa via. Eles rejeitavam os trabalhos serviçais disponíveis e não sentiam que a sua masculinidade estava ameaçada: ela afirma que os negros desempregados tiveram a sua dignidade mais preservada do que as mulheres negras que sofreram em seus empregos com os abusos sexuais e humilhações dos homens brancos. Ainda assim, os homens negros no interior da comunidade, viram com desconfiança as mulheres negras que desempenharam um papel econômico ativo na família. Por outro lado, as mulheres negras também se ressentiram dos homens negros que não assumiram a função “natural” de provedor, eles foram vistos como preguiçosos e fracos.

A autora nos conta sobre qual imagem foi aceita pelos norte-americanos: a da Tia Jemima³⁶, o ideal da *nanny* negra. A personagem representa a mulher negra que é tolerada, ela é toda submissão, e não ameaça a ordem branca patriarcal:

ela foi primeiro e antes de tudo assexual e conseqüentemente ela tinha de ser gorda (preferencialmente obesa); ela também tinha de dar impressão de não ser limpa por isso ela usava um lenço de cabeça untuoso e sujo; os seus sapatos eram demasiado apertados dos quais surgiam os seus grandes pés que confirmavam a sua grande parecença com uma vaca. A sua maior virtude era obviamente o seu amor pelos brancos os quais ela servia com vontade e passividade (hooks, 1981, p.119).

Os mitos que foram criados sobre a mulher negra e veiculados, propositadamente pelos brancos nos *mass media*³⁷, se ancoram nos sentimentos antimulher:

a mitologia cristã retratou a mulher como fonte do pecado e do mal; a mitologia racista-sexista simplesmente designou as mulheres negras como o epitome feminino da maldade e do pecado (hooks, 1981, p.119-120).

Para hooks, a responsabilização dos homens brancos e negros que viram as mulheres negras como criaturas inerentemente imorais, e das mulheres brancas que se aproveitaram da imagem negativa para se auto afirmarem como puras e inocentes, é fundamental para compreender as dificuldades que as mulheres negras tiveram em desenvolver um autoconceito positivo.

³⁶ A figura que corresponde, no contexto brasileiro, a boa mãe preta é a Tia Nastácia, famosa personagem nas obras do escritor Monteiro Lobato.

³⁷ Veículos de comunicação de massa.

Sexismo dos homens negros

hooks está preocupada com o sexismo que afeta toda a sociedade, mas também em como ele se expressa através dos homens negros. O movimento pela libertação negra, nos anos 1960, se esquivou em confrontar a opressão sexista, pois não queria reconhecer que os homens negros também poderiam ser opressores das mulheres - apesar de vitimados pelo racismo.

Assim, a autora retoma o argumento de que durante a escravidão os homens negros tiveram um *status* social superior às mulheres negras. Elas foram classificadas como criaturas sub-humanas masculinizadas, enquanto os homens negros não tiveram de exercer tarefas consideradas femininas. Apesar de impedidos de desempenhar as funções de provedor e protetor, exerceram o poder masculino através da imposição de sua autoridade no interior da família negra, no que ela chama de subcultura negra.

Para ela, a discriminação sexista também se expressou nas lutas abolicionistas durante a escravidão e na emancipação: os homens negros lideraram os movimentos, e as mulheres negras que se destacaram não representaram a norma. Os ativistas negros, mesmo quando se empenharam na luta pelo sufrágio feminino, acreditavam que as mulheres deveriam ter garantidos os seus direitos políticos, mas não concordavam com a igualdade sexual.

Como a autora já havia pontuado em momentos anteriores de sua obra, os homens negros não se sentiam realizados pelo trabalho, além da compensação monetária estar aquém dos seus esforços. Além disso, não importavam os seus esforços, mas sim, que pela hierarquia social, lhes foi negado o acesso pleno ao poder masculino. Eles participaram do jogo, mas não puderam exercer a potência de sua “natureza” masculina no campo econômico. Assim como durante o século XIX, os homens negros se revoltaram pela negação dos privilégios masculinos, no século XX eles também estiveram comprometidos com o patriarcado e foram favoráveis à subjugação das mulheres.

hooks não se intimida em fazer críticas ao movimento negro. Sobre o movimento *Black Power* dos anos 1960, denuncia a sua contribuição na perpetuação dos papéis sexuais, pois a sua proposta de uma nação negra - que pretendia ser diferente da sociedade dominada pela supremacia branca - manteria as mesmas bases patriarcais. Para ela, o movimento foi um meio para os homens negros exaltarem a sua masculinidade, como os verdadeiros

representantes da natureza masculina, inclusive recorrendo aos estereótipos racistas de anormal virilidade, força e sexualidade associados aos negros.

A leitura de hooks afirma que a sociedade estadunidense reconheceu o movimento *Black Power* como uma forma de reparação aos homens negros da sua masculinidade perdida, e nestes termos, a aceitação foi maior:

(...) como americanos, eles não foram ensinados a acreditar realmente que a igualdade social era um direito inerente que todas as pessoas tinham, mas foram socializados a acreditar que está na natureza dos homens desejarem ter acesso ao poder e aos privilégios (hooks, 1981, p.136).

Sobre os homens *Black Muslim*³⁸, ela mostra como mais um grupo de libertação negra que glorificou a natureza masculina, propondo a limpeza das mulheres negras. Admitiram as mulheres negras como dignas de respeito e proteção em troca de sua subordinação. As mulheres não *muslims*, geralmente as mulheres brancas, foram visadas como o “outro” grupo de mulheres a quem destinariam o seu ódio. Para a autora, eles adotaram a mesma estratégia dos homens brancos que dividiram as mulheres em grupos e descarregaram, de modo mais violento, sobre as desvalorizadas, os seus sentimentos antimulher.

O cenário que a autora nos mostra nos anos 1960 é de idealização dos homens que eram violentos com as mulheres, enaltecendo o *macho men* que através da força consegue o que quer. Os homens negros que aderiram ao sonho americano de domínio e sucesso sobre os outros reservaram especialmente às mulheres negras o seu desprezo, já que as mulheres brancas representavam o símbolo do sucesso. O êxito masculino, ancorado em propriedades, não seria completo sem a ostentação de uma mulher branca, que foi admitida como mais um objeto a ser conquistado.

O mais importante da discussão que hooks faz sobre o imperialismo do patriarcado é identificar que os homens negros não estiveram imunes às influências de centenas de anos na sociedade estadunidense. Ela não pretende mostrá-los como os maiores exploradores das mulheres, especialmente das negras, mas faz um apelo à autocrítica pelo movimento negro. A ênfase no racismo impediu o movimento de confrontar a realidade do sexismo nos costumes. Para ela, não haverá liberdade aos homens negros enquanto eles defenderem a subjugação das

³⁸ Organização nacionalista negra, eles se denominavam *muslims*, isto é muçulmanos para se distinguirem dos *moslems* - que são os outros muçulmanos dos Estados Unidos, em geral árabes orientais (sírio-libaneses).

mulheres negras. O racismo é uma realidade, mas existem outras formas de opressão que vitimizam o povo negro, assim, a autora conclui:

a liberdade como igualdade social positiva, que garante a todos os humanos a oportunidade de modelar o seu destino na riqueza e produtividade comum, só pode ser uma realidade completa quando o nosso mundo não for mais racista e sexista (hooks, 1981, p.162).

Racismo das mulheres brancas

Sobre o movimento feminista dos anos 1970, a autora apresenta outras questões que não foram abordadas por Angela Davis. Apesar da retórica sobre a solidariedade feminina, o feminismo hegemônico não enfrentou os conflitos que historicamente dividiram as mulheres brancas e não brancas norte-americanas. Para ela, a separação entre as mulheres não foi encarada como uma realidade que precisava ser confrontada para a consolidação do movimento.

O racismo que esteve na base da colonização da América se concretizou em diferenças sociais entre as mulheres negras e brancas. A autora relata que as feministas brancas, ao destacarem o racismo como endêmico do patriarcado branco, atacaram o homem branco como opressor racista e se eximiram de um papel ativo na perpetuação do racismo. O sexismo impediu que as mulheres brancas desempenhassem o papel dominante na opressão racista, mas não impediu que, enquanto grupo, elas fossem permeáveis à ideologia racista e individualmente agissem como opressoras.

O surgimento do movimento de mulheres é contemporâneo da luta abolicionista. Entretanto, hooks mostra como as motivações das mulheres brancas neste período estavam baseadas em argumentos religiosos e que elas não se comprometeram genuinamente com a igualdade social da população negra. A reprovação do sistema escravista não deve ser confundida com antirracismo, pois as mulheres brancas foram resistentes na aceitação do povo negro, especialmente das mulheres negras. Dominadas pelos estereótipos negativos, não confiavam nas mulheres negras “ímorais”, que poderiam tomar os seus maridos. A competição caracterizou a relação entre as mulheres brancas e negras.

No campo do trabalho, a autora aponta como as relações também foram conflituosas marcadas por disputas, especialmente quando as mulheres negras entraram em maiores números para compor a força de trabalho industrial. As mulheres brancas trabalhadoras

apoiaram a segregação racial porque elas se beneficiaram com a hierarquia: se recusaram a compartilhar espaços com as mulheres negras, exigiram instalações próprias, etc. A política racial fez com que os empregadores recrutassem as mulheres negras para os piores trabalhos e as remunerassem com salários menores aos pagos às mulheres brancas.

hooks alega que as feministas contemporâneas³⁹ se apoderaram do feminismo para dar voz às suas demandas específicas. A libertação feminista foi definida nos termos capitalistas, pois as mulheres brancas de classe média ansiavam pelos ganhos econômicos, a partir de sua entrada no mercado de trabalho. Mas a autora pondera que o trabalho, como uma chave para a libertação das mulheres, só fazia sentido para as mulheres brancas de classe média e alta, pois as mulheres que já trabalhavam não tinham se libertado do sexismo e não conquistaram independência econômica. Como Davis, aponta que os privilégios de classe não foram questionados pelas feministas, porque implicaria em desvelar que nunca houve um estatuto social *único* das mulheres, e que as mulheres burguesas e brancas se diferenciavam e conseguiam mitigar os efeitos da discriminação sexista por meio de seus privilégios de classe, raça e acesso à educação.

As mulheres negras se posicionaram contra o feminismo e viram as mulheres brancas como inimigas, pois o movimento que não considerava o racismo e o classismo se tornou o símbolo das mulheres brancas ricas e formalmente instruídas. Além disso, excluíram as mulheres negras de seu movimento, especialmente através de sua linguagem racista, ao fazer comparações entre mulheres e negros, assumindo que mulheres eram sinônimo de mulheres brancas, e negros, de homens negros.

A relutância das mulheres brancas em lidarem com o racismo no interior do movimento feminista, que insistiam na opressão comum e se sentiam generosas por abrir as portas do *seu* movimento às mulheres não brancas, decepcionou as mulheres negras, que se empenharam na construção de um movimento que as acolhesse. A criação de grupos feministas apenas para mulheres negras, hooks denuncia como reacionário. Para ela, as mulheres ganham com as experiências diversas dos vários grupos, e o separatismo faz crer que as distâncias entre as mulheres são intransponíveis. Tenho pleno acordo com a autora quando ela afirma que "o racismo é a barreira que impede a comunicação positiva e não é

³⁹ Novamente, o termo se refere ao período histórico em que a autora realiza a sua pesquisa e produção, isto é, anos 1970 e 1980.

eliminado ou desafiado através da separação" (p.205), mas me oponho⁴⁰ quando ela coloca a questão em termos de um racismo anti-branco das mulheres negras. Em suas palavras:

Enquanto as mulheres negras condenavam o racismo anti-negro das mulheres brancas, a animosidade montada entre os dois grupos fez aumentar a expressão aberta do seu racismo anti-branco (hooks, 1981, p.206).

A origem das distâncias entre as mulheres americanas, hooks localiza na escravidão. A não criação da solidariedade política nos anos 1970 é resultado de anos de ciúmes, inveja e competição entre as mulheres. Segundo a autora, a escravidão mudou o *status* da mulher branca, pois ela saiu da posição de maior inferioridade - que foi ocupada pela população escravizada. Ao assumir na hierarquia de raça-sexo o lugar de autoridade, se empenhou na diferenciação do povo negro através da crueldade para reafirmar o seu poder. As mulheres escravizadas - dominadas pela mentalidade sexista - não reconheceram a autoridade feminina branca, pois estavam mais familiarizadas ao poder masculino - até porque os homens eram os únicos que podiam violá-las sexualmente. Assim, hooks sugere que as mulheres negras tinham inveja e desprezo das mulheres brancas: inveja pelo seu conforto material e desprezo porque as brancas eram cruéis e não se compadeciam da sua situação, pelo contrário, foram muito abusivas e torturadoras:

Espancamentos severos eram o método que a maior parte das mulheres brancas usavam para castigar as mulheres negras escravas. Frequentemente enraivecida de ciúme a dona podia usar a desfiguração para punir a mulher negra escrava por entregar-se à luxúria sexual. A dona podia tirar-lhe as suas mamas, cegar um olho, ou cortar outra parte do corpo (hooks, 2014, p. 208-209).

A hostilidade que a autora mostra entre as mulheres negras e brancas é histórica, tem fundamento, e os homens brancos têm grandes responsabilidades pela divisão entre as mulheres, pois eles determinaram qual seria o grupo privilegiado/idealizado e qual seria o grupo desprezado. No movimento feminista ditaram que a "um grupo de mulheres seria garantidos direitos através do apoio à opressão e exploração de outros grupos de mulheres" (p.211). Para hooks, o feminismo precisa do comprometimento das mulheres para confrontar e abolir as forças que causam a divisão e minam o radicalismo do movimento.

⁴⁰ Atualmente o racismo reverso é inadmissível no interior do movimento feminista negro, não tenho maiores informações sobre como este debate se expressava nos anos 1980.

Importância do feminismo para as mulheres negras

A participação das mulheres negras no início do movimento de mulheres, no século XIX, hooks nos conta, assim como Davis, foi excluída por historiadores norte-americanos e pelas feministas acadêmicas do movimento recente de mulheres. Por isso o esforço dessas autoras em resgatar a presença das mulheres negras. Elas foram ativas, não somente na luta pela libertação do povo negro, mas também na luta pela libertação das mulheres. Os esforços de Sojourner Truth que mediante uma plateia branca, mostrou os seios para provar que era mulher - por ser negra, mãe, trabalhadora - , foram exemplos de luta das mulheres negras, que já apontavam as relações entre o racismo e o sexismo como definidoras da condição das mulheres negras. O seu clamor no famoso discurso *Não sou eu uma mulher?*, em 1851, reivindicava a sua posição diante de homens e mulheres brancas que não admitiam a sua presença, muito menos a sua petulância em ousar falar.

As mulheres negras do século XIX foram muito mais ativas no movimento de mulheres do que no século XX, segundo a autora. O comprometimento que elas tiveram em elevar a população negra não ofuscou a sua dedicação em alterar a situação das mulheres (negras e brancas). bell chama atenção para a maior politização no interior do movimento das mulheres negras que estavam preocupadas com questões mais relevantes, como por exemplo, a prostituição, que se apresentou como a única saída de jovens negras sulistas que iam para o Norte em busca de melhores condições. Foram muitos os apelos às irmãs brancas para unificação da luta das mulheres, mas o racismo vigente impediu que fossem ouvidos.

Passando pelos momentos históricos que Davis também analisou, hooks identifica que a conquista do sufrágio feminino não garantiu a defesa dos direitos das mulheres. Ela relembra que as mulheres negras foram impedidas de votar, por inúmeras artimanhas dos homens brancos, que colocaram empecilhos e não se importaram em recorrer à violência. Para a autora, as mulheres brancas usaram o voto para manter o sistema opressivo, pois seguiram seus parentes brancos para garantir a ordem racista e sexista contra a população negra. As mulheres negras se decepcionaram com o voto feminino e suas lutas tiveram de se voltar contra a opressão racial, desse modo, houve um arrefecimento de suas energias à causa feminina entre os anos 1920 e 1960.

Outro fator que a autora explica de modo mais detalhado, para o distanciamento das mulheres negras da luta feminista, foi a mudança nos padrões sexuais entre o povo negro nos anos 1950. A publicação do Relatório Moynihan, em 1965, retomou imagens popularizadas por psicanalistas dos anos 1950, que mostravam as mulheres como castradoras dos homens, e a mulher negra foi colocada como o símbolo da castração dos homens negros. Ela retoma que o mito foi aceito pelos homens negros que se revoltaram contra as mulheres negras dominadoras, e também pelas mulheres negras que atacaram os homens negros como fracassados, incapazes de ser o provedor. A socialização nesta década também foi marcada pela disseminação nos *mass media* sobre a feminilidade da mulher, na tentativa de trazer a mulher de volta ao lar, já que nos períodos de guerra elas foram importantes trabalhadoras. O enaltecimento das características femininas, que não incluía o trabalho remunerado, também se sedimentou entre o povo negro e se expressou na década seguinte, no movimento pela libertação negra. A defesa do patriarcado negro que conduziria à libertação do povo foi o resultado da socialização sexista que permeou toda a comunidade negra e fez com que parte das mulheres negras aceitassem o seu papel de subordinadas; logo, lutar pelos direitos das mulheres era ir contra os direitos do povo negro.

O surgimento do movimento de mulheres dos anos 1970 não contou com a participação ativa das mulheres negras, pois elas suspeitavam das intenções das mulheres brancas. A autora mostra que em uma pesquisa de 1972, "mais mulheres negras apoiavam as mudanças no estatuto das mulheres na sociedade do que as mulheres brancas" (p.251), mas isso não se converteu na entrada delas ao movimento organizado.

A partir de sua posição ativa no movimento feminista, bell nos conta sobre a desilusão que teve com o movimento quando viu que as mulheres brancas não estavam a atacar o capitalismo e o patriarcado. Elas denunciavam o homem branco que as impediam de ter acesso ao sistema de privilégios. O movimento foi apropriado pelo elitismo e racismo e afastou as feministas negras, que tinham pouca força no interior do movimento dominado pelas feministas liberais. A autora defende que o feminismo hegemônico foi utilizado como um meio para fins oportunistas e deixou de se preocupar com as mulheres, assim ela se refere ao movimento feminista nos anos 1980: "hoje, o feminismo oferece às mulheres não a liberdade, mas o direito em agir como o substituto do homem" (p.257). Ainda assim, o feminismo é uma luta necessária para todas as mulheres, ela defende que é preciso transformá-lo e não rejeitá-lo. Para a autora, as mulheres negras que negam a sua importância

tem muito a perder, e estão a se distanciar das mulheres negras pioneiras, que foram impecáveis em mostrar a importância desta luta para libertação das mulheres.

Considerações finais sobre a obra de bell hooks

É verdadeiro em sua obra o seu comprometimento com a causa feminista, pois ela acredita no potencial radical do movimento pela libertação das mulheres. Assim ela define o feminismo:

Para mim, o feminismo não é simplesmente a luta para acabar com o chauvinismo masculino ou o movimento que assegura que as mulheres terão direitos iguais aos homens; é o compromisso em erradicar a ideologia da dominação que é permeável na cultura ocidental em vários níveis - sexo, raça e classe, para nomear alguns - e o compromisso em reorganizar a sociedade dos Estados Unidos para que o autodesenvolvimento do povo possa ser precedente sobre o imperialismo, a expansão econômica e os desejos materiais (hooks, 1981, p.261).

Assim como Davis, hooks defende que a luta feminista é anticapitalista e se propõe a eliminar as formas de dominação - pois os ganhos resultantes serão partilhados com toda a sociedade, por isso o feminismo é para todos. Admiro o seu apelo às mulheres negras, para se juntarem à luta e transformarem ativamente um movimento que é essencial para as suas vidas, mas que esteve alheio às suas demandas. As barreiras que dividiram as mulheres não são insuperáveis, mas sem a solidariedade política o movimento se esfria e se distancia da busca pela libertação.

Ainda assim, bell é justa na responsabilização, ao lembrar as falhas históricas dos movimentos pela libertação feminina e negra, que não se preocuparam em contestar a ordem vigente, mas fizeram das lutas um palanque para a manutenção dos privilégios das mulheres brancas de classe alta e média, e dos homens negros, respectivamente. A autora é assertiva ao destacar que as mulheres brancas e os homens negros ocuparam a posição de opressores. O peso do racismo não blindou os homens negros dos efeitos da socialização sexista, desde pequenos, os meninos negros foram lembrados de que ser homem é ter poder, o seu estatuto social é superior ao das mulheres. Já o sexismo limitou que as mulheres brancas desempenhassem o papel dominante na opressão racista, mas não impediu que, enquanto grupo, elas fossem permeáveis à ideologia racista e individualmente agissem como opressoras.

A sua obra é um chamamento à autocrítica, porque ela nos intima a confrontar sobre quais bases construímos a nossa subjetividade. Nos seus termos, as ordens imperialistas - racial, sexual e capitalista - moldaram os indivíduos a partir de socializações que reproduziram os sistemas de domínio, permitindo que todas e todos fossem ativos na perpetuação das ideologias. O que não quer dizer que hooks relativize a relação entre opressor e oprimido, mas ela também mostra a mulher negra como reprodutora do sexismo; de um sectarismo que afasta as mulheres, e nos convoca ao enfrentamento dos estereótipos negativos que temos em relação às mulheres brancas. Destaco as mulheres negras, que mais diretamente me interessam, e não é difícil compreender o porquê da sua obra ter sido atacada também pelas feministas negras, pois o seu trabalho em alguns momentos é indigesto, produz desconfortos, nos faz olhar internamente e se responsabilizar pelos nossos comportamentos, e reaprender uma nova forma de se relacionar. É evidente que a autora em momento algum transforma a luta em um enfrentamento interno, tem questões que são urgentes às mulheres negras, dizem respeito à sua sobrevivência e o movimento organizado não deve ser colocado em um segundo plano, mas a sua construção reclama a disposição individual para consolidar a solidariedade entre as mulheres.

Capítulo 3 - Feminismo negro brasileiro: o pensamento de Lélia Gonzalez

3.1. Considerações iniciais

Também aqui no Brasil tivemos importantes contribuições teóricas de mulheres negras que pensaram interseccionalmente as opressões de raça e sexo, para além da classe, que teve mais destaque no meio acadêmico. Sem dúvida, Lélia Gonzalez foi pioneira, nos anos 1980, ao dar voz a situação específica das mulheres negras e indígenas na sociedade brasileira, no mesmo período em que despontam, nos Estados Unidos, as publicações de Angela Davis e bell hooks. A partir de sua experiência como mulher negra, também desafiou o movimento negro e o movimento de mulheres que evitavam lidar com a questão das mulheres negras e indígenas, excluindo-as dos debates. A obra de Lélia ainda não foi compilada e tive dificuldade para acessar os seus escritos, por isso a minha análise se restringiu a alguns de seus artigos⁴¹ mais populares nos anos 1980.

Como nos conta Raquel Barreto (2005), sobre dados que Lélia teve acesso em seus estudos, as mulheres negras estavam excluídas do mercado formal de trabalho - que exigia “boa aparência”. Deste modo, as conquistas econômicas das mulheres nos anos 1970 e 1980 se restringiram às mulheres brancas e não contemplaram as não brancas. O movimento de mulheres dos anos 1970, também no caso brasileiro, foi dominado pelas reivindicações do grupo racialmente dominante, com acesso ao ensino superior, proveniente das classes média e alta. Contemporâneo do movimento negro, teve maior aceitação social, desnecessário dizer, por “consequência das origens de classe e de raça do movimento feminista” (BARRETO, 2005, p. 51).

Em relação às pautas, o movimento feminista brasileiro se identificava com a afirmação “meu corpo me pertence” que para as mulheres negras e indígenas não era satisfatório. Os direitos sobre o próprio corpo deveriam se relacionar com a: “sexualização, racialização e punição inscritas nesse corpo, e para além das questões históricas, o redor a esse corpo era lembrado, a necessidade desse mesmo corpo comer bem, vestir-se, entre outras coisas” (BARRETO, 2005, p.53). Outro ponto levantado por Lélia Gonzalez, crítico ao

⁴¹ Os artigos de Lélia que utilizei foram: *Racismo e Sexismo na cultura brasileira* (GONZALEZ, 1983); *Por um feminismo Afrolatinoamericano* (GONZALEZ, 1988a) e *A categoria político-cultural de Amefricanidade* (GONZALEZ, 1988b).

movimento feminista dominante, diz respeito à “emancipação econômica e social das mulheres brancas ter sido feita à custa da exploração das mulheres negras, como doméstica” (BARRETO, 2005, p.54).

A criação do primeiro coletivo feminista negro no Rio de Janeiro, *N'zinga*⁴², em 1983, teve como plano de fundo dois acontecimentos, que mostram a incompreensão dos movimentos negro e feminista sobre as mulheres negras:

O primeiro foi a passeata do 08 de março, onde uma feminista branca pintou-se de negra portando um cartaz que dizia: três vezes discriminada: mulher, negra e favelada. Já o segundo episódio ocorreu no encontro de Entidades do Movimento Negro, em outubro do mesmo ano, em que a pauta da discussão não contemplava a temática de raça e gênero (BARRETO, 2005, p. 53).

A produção acadêmica de Lélia foi importante para visibilizar a condição das mulheres negras e os desafios que se impõem à luta feminista - que está realmente comprometida com a emancipação de *todas* as mulheres.

3.2. Trajetória de Lélia

De acordo com Raquel Barreto (2005), Lélia Gonzalez nasceu em Belo Horizonte, Minas Gerais, filha de uma mulher indígena⁴³, trabalhadora doméstica, e de um homem negro ferroviário. Foi a penúltima filha de dezoito irmãos e teve maior acesso à educação do que eles, pois os empregadores de sua mãe custearam os seus estudos básicos. Ainda assim, em algum momento de sua vida - comum às mulheres negras que dificilmente escapam do trabalho doméstico - foi babá para conseguir financiar os seus estudos. O período escolar foi marcado pelos ensinamentos racistas que conduziam ao embranquecimento “(...) vocês podem imaginar como eu me sentia na aula de história quando a professora dizia que o negro era servil e o índio indolente! Logo eu, filha de pai negro e mãe índia!”⁴⁴. Para se integrar, especialmente ao ambiente universitário, rejeitou a sua condição racial. A sua primeira graduação foi em 1958, em História e Geografia e em 1962 cursou Filosofia, ambas

⁴² O nome do coletivo faz referência à Nzinga ou Ginga, como ficou conhecida no Brasil a grande rainha do povo negro de Angola. Nos combates dos negros contra o colonialismo português, Nzinga se destacou pela coragem e persistência. Para mais informações sobre ela, acessar <https://www.geledes.org.br/a-rainha-guerreira-nzinga>.

⁴³ Não encontrei o povo ao qual pertencia sua mãe.

⁴⁴ O Pasquim, n. 871, 1986, p. 09 apud BARRETO, 2005, p.20.

graduações foram feitas na antiga Universidade do Estado da Guanabara (UEG), atual Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Como professora lecionou em importantes universidades públicas e colégios.

Como nos conta Raquel, por ingressar no ensino superior nos anos 1950/60, Lélia se afastou da comunidade negra, contudo, com o despertar da sua consciência racial, alterou radicalmente a sua aparência: especialmente o seu cabelo e as vestimentas. A rejeição por parte da família espanhola branca de seu marido, Luiz Carlos Gonzalez, contrária à união por Lélia ser uma mulher negra, fez com que ela sentisse os efeitos racistas de forma tão direta, que para resistir e manter-se íntegra foi necessário firmar a sua identidade racial. Os seus estudos sobre a psicanálise foram importantes neste processo, porque abriram caminhos para “buscar as suas origens e sua ancestralidade” (BARRETO, 2005, p.22). A sua aproximação do candomblé também contribuiu para o desvelamento da sua negritude, conectando-a com os saberes e a espiritualidade de matriz africana.

Outro fator que auxiliou na sua elaboração teórica sobre a dimensão racial foi o grupo de estudos, organizado em sua casa após a trágica morte de seu marido. Nos encontros com amigas/os e alunas/os se debateu, a princípio, temas gerais da Filosofia, mas depois, as discussões se centraram na questão racial. As reuniões aconteceram nos anos 1960, em plena vigência da ditadura e do Ato Institucional número 5 (AI-5), contando com a cautela dos participantes. Inclusive, Lélia constou nos fichários do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) nos anos 1970 e teve suas falas públicas e ações monitoradas pelo regime.

Em 1974, Lélia se aproximou do Movimento Negro e ajudou na formação do Instituto de Pesquisa da Cultura Negra (IPCN), importante ao escancarar o racismo na sociedade brasileira. Também contribuiu para a formação do movimento negro baiano ao ministrar um curso em Salvador, e foi uma das fundadoras do Movimento Negro Unificado (MNU) de 1978, em suas palavras: “a fundação do MNU não contou com a participação de nenhuma grande personalidade, mas resultou do esforço de uma *negrada anônima*, dessas novas lideranças forjadas sob o regime ditatorial militar” (BARRETO, 2005, p.27, grifos meus).

Lélia também fez parte de organizações partidárias e se candidatou como deputada federal pelo PT em 1982, depois se filiou ao PDT e lançou candidatura para deputada estadual pelo Rio de Janeiro em 1986. Em ambas candidaturas, apesar de não ter sido eleita, pautou a questão racial, das mulheres e dos homossexuais, e apostou nas disputas partidárias como importantes meios de popularizar os debates sobre as discriminações. Também ousou

ao propor durante as campanhas a descriminalização do aborto e a titulação de posse aos moradores das favelas (BARRETO, 2005, p.30). A sua saída do PT foi motivada pela omissão do partido em relação à questão racial e a migração para o PDT de Brizola se deu pelo alinhamento ao programa do partido - “que tinha como prioridades os trabalhadores, as crianças, a mulher e o negro” (BARRETO, 2005, p.31).

A partir do seu engajamento no movimento negro surgiram as demandas pela movimentação feminista. Em 1983, juntamente com outras mulheres negras, ajudou na formação do *N'zinga*, assim Lélia descreve o símbolo do coletivo:

É o pássaro que usamos como símbolo, porque tem a ver com a tradição nagô, segundo a qual, a ancestralidade feminina é representada por pássaros. E nossas cores têm a ver, o amarelo de Oxum, e o roxo do movimento internacional de mulheres (GONZÁLEZ, 1985, p. 104 apud BARRETO, 2005, p. 28).

Raquel Barreto também destaca a importância do carnaval na vida de Lélia, como outro importante espaço de afirmação de sua identidade racial. Além de contribuir como co-autora de importante samba-enredo *Noventa Anos de Abolição*⁴⁵, juntamente com o compositor e cantor Antônio Candeia Filho, também participou do Grêmio Recreativo de Arte Negra e Escola de Samba Quilombo.

Apesar dos muitos avanços com a Constituição de 1988, que incluiu o racismo como um crime inafiançável, Lélia foi crítica à redemocratização, pois o país se manteve ancorado em *desigualdades*: contra as mulheres, negros, indígenas, pobres, etc: “(...) estamos aí num processo dito de redemocratização do país e se vamos redemocratizar nós temos que exigir uma democracia para todos e não para alguns”⁴⁶.

A participação de Lélia foi ativa no movimento negro até final dos anos 1980, arrefecendo nos anos 1990, que também reflete um “esvaziamento do movimento frente à

⁴⁵ O samba-enredo foi criado para o Grêmio Recreativo de Arte Negra Escola de Samba Quilombo (GRANES Quilombo), fundado em 1975 pelo já respeitado compositor e cantor Candeia. Tornou-se uma homenagem póstuma a Candeia e às “lutas seculares contra as injustiças raciais” representadas pelos quilombolas:

Reverenciamos a memória
Desses bravos que fizeram nossa história
Zumbis, Licutã e Aluma
Zundu
Loei, Sanin e Dandarã
E os quilombolas de hoje em dia
São candeia que nos alumia.
(TREECE, 2018, p.167)

⁴⁶ Entrevista de Lélia Gonzalez ao programa Suplemento Dominical do Novo Jornal Fluminense, da Rádio Tamoio em 1982

ação de novas organizações, especialmente as ONGs” (p.35). Em 1994, quando finalmente assumiu a direção do Departamento de Sociologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), permaneceu no cargo por apenas alguns meses. Em julho do mesmo ano, faleceu vítima de um infarto de miocárdio. Raquel mostra a importância do movimento negro em manter viva a sua memória, “mesmo que em vida não tenham compreendido todas as suas ideias ou tenham cometido atitudes injustas” (p.36).

3.3. O pensamento de Lélia

O mito da democracia racial e a categoria de amefricanidade

Lélia assumiu posição combativa ao mito da democracia racial⁴⁷. Em seu texto, *Racismo e Sexismo na cultura brasileira* (GONZALES, 1983) apresentado no IV Encontro Anual da Associação Brasileira de Pós-graduação e Pesquisa nas Ciências Sociais (ANPOCS), investigou a penetração do mito, que teve êxito na definição do "lugar do negro", especialmente das mulheres negras, através da análise das figuras: mulata, doméstica e mãe preta. Provocativa e com uma linguagem pouco convencional para os estritos padrões acadêmicos da ANPOCS, expôs os seus estudos como uma alternativa ao pensar até então proposto pelas Ciências Sociais, que incompleto ao apresentar respostas à questão racial gerou o que ela define como um *resto*, que será examinado à luz da psicanálise. Assim, "o racismo se constitui como a sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira" (p. 224).

Para compreender o racismo e sua articulação com o sexismo, a fim de explicar a situação das mulheres negras, Lélia explora a relação entre consciência e memória, “o que a gente vai tentar é sacar esse jogo aí, das duas, também chamado de dialética” (p.226). Em suas palavras:

Como consciência a gente entende o lugar do desconhecimento, do encobrimento, da alienação, do esquecimento e até do saber. É por aí que o discurso ideológico se faz presente. Já a memória, a gente considera como o não saber que conhece, esse lugar de inscrições que restituem uma história que não foi escrita, o lugar da

⁴⁷ O que a autora denomina como o mito foi: “(...) o resultado da violentação das mulheres negras por parte da minoria branca dominante: os senhores de engenho, os traficantes de escravos etc. E este fato teria dado origem, na década de 30, à criação do mito que, até os dias de hoje, afirma ser o Brasil uma democracia racial. Gilberto Freyre, famoso historiador e sociólogo brasileiro, é seu principal articulador com sua “teoria” do “lusotropicalismo”. O efeito maior desse mito é a crença de que o racismo é inexistente em nosso país, graças ao processo de miscigenação” (GONZALEZ, 1979, p.03 apud BARRETO, 2005, p.69).

emergência da verdade que se estrutura como ficção. Consciência exclui o que memória inclui (GONZALES, 1983, p. 226).

Da liga entre a consciência e a memória que nos apresenta a mulata e a empregada doméstica. “Foi a palavra mucama que respondeu à confusão entre a mulata e a doméstica” (BARRETO, 2005, p. 46). O carnaval desponta como uma brecha na consciência, o único momento no ano de valorização da mulher negra: ela é exaltada pelo seu corpo, pela vivacidade do seu samba. Mas, na quarta-feira de cinzas volta ao seu posto cotidiano, à função de empregada doméstica, serviçal, afinal, “mulata e doméstica são atribuições do mesmo sujeito” (GONZALES, 1983, p.228). Despojada de brilhos, retorna ao privado ambiente doméstico: no pós-escravidão, a mucama-doméstica é permitida no dia-a-dia, a mucama-amásia apenas no carnaval.

Apesar do esforço consciente em ocultar o segundo sentido de mucama, não se apaga os efeitos na cultura das relações entre senhores e mulheres negras escravizadas. Caio Prado Jr., por exemplo, ao qual a autora é duramente crítica, viu de modo simplificado estas relações, “a mulher escrava é apenas um instrumento de satisfação das necessidades sexuais de seus senhores” (GONZALES, 1983, p.231). Heleieth Saffioti, também citada pela autora, foi mais sofisticada ao mostrar os desdobramentos sociais e econômicos; as relações bagunçaram os papéis esperados de homens e mulheres em uma sociedade marcada pela estratificação em castas: através da competição entre os homens pelas mulheres negras, e entre as mulheres pela atenção do homem branco (GONZALES, 1983, p.165). Abafar a dimensão racial e sexual como uma contradição do período escravista, que se reproduz posteriormente, é como admitir que as relações sexuais forçadas ficaram no interior da senzala e nos cantos escuros da casa grande. Tal assunção, invisibiliza violências sobre as mulheres negras, a mucama-doméstica “só faz cutucar a culpabilidade branca porque ela continua sendo a mucama com todas as *letras*, por isso ela é violenta e concretamente reprimida” (GONZALEZ, 1983, p.233).

Outra figura preta que a consciência labuta em esconder, mas que a memória entrega é a mãe preta. A mulher negra foi quem desempenhou de fato a função materna, se responsabilizou pelo cuidado diário que se exige uma criança, transmitiu valores, inclusive por meio da linguagem, que a autora denomina como o “pretuguês”. A mãe preta, pela

africanização do português “exerceu uma resistência passiva⁴⁸, porém eficaz do ponto de vista simbólico, dando uma rasteira no pessoal da casa grande” (BARRETO, 2005, p.40). Por esses caminhos que o racismo brasileiro é o sintoma de uma cultura neurótica que quer apagar as marcas da africanidade que a constitui, que pinta igualdade racial ao mesmo tempo que impõe a ideologia de branqueamento. A cultura brasileira exalta os valores europeus brancos, exacerbando a latinidade, porém, se apropria, quando conveniente, do carnaval, do samba, da macumba, e naturaliza o lugar de negras e negros em prisões, favelas e cozinhas.

Na sua luta contra o racismo, Lélia (1988b) formulou a categoria de amefricanidade⁴⁹, que representa algo novo no campo da cultura, fruto das experiências e interações de africanas/nos e ameríndias/os. A partir de uma perspectiva anticolonial, reivindica a importância de sua categoria para todo o continente americano, devido a similaridade nas experiências históricas:

(...) essas e muitas outras marcas que evidenciam a presença negra na construção cultural do continente americano, levaram-me a pensar a necessidade de elaboração de uma categoria que não se restringisse ao caso brasileiro e que, efetuando uma abordagem mais ampla, levasse em consideração as exigências da interdisciplinaridade (GONZALES, 1988b, p. 71).

Ao nomear Améfrica Ladina, tira a exclusividade latina na formação histórico-cultural e exalta a contribuição negra e dos povos que habitavam a América muito antes dos "descobrimientos":

(...) o valor metodológico de amefricanidade, a meu ver, está no fato de permitir a possibilidade de resgatar uma *unidade específica*, historicamente forjada no interior de diferentes sociedades que se formaram em numa determinada parte do mundo. Portanto, a *Améfrica*, enquanto sistema etnogeográfico de referência é uma criação nossa e de nossos antepassados no continente em que vivemos, inspirados em modelos africanos (GONZALEZ, 1988b, p. 77).

⁴⁸ O termo não deve ser compreendido de maneira simplista, Lélia utiliza resistência passiva também como uma forma potente de resistir/(re)existir: “Não podemos deixar de levar em consideração que existem diferentes formas de resistência. E uma delas é a resistência passiva. E no meu português eu afirmo: ela (mãe preta) passou uma rasteira no pessoal (...) todo mundo pensa que ela foi boazinha, ao contrário, sua influência foi importância capital para a formação de nossa cultura” (GONZÁLEZ, 1982, p. 268 apud BARRETO, 2005, p. 41).

⁴⁹ Raquel nos ajudar a pensar a amefricanidade “dentro das ideologias de libertação africanas e afro-diaspóricas. Especialmente ligada ao movimento de pensadores negros terceiro-mundistas que a partir da década de 1950, estiveram preocupados em construir um conhecimento na periferia do capitalismo avançado” (BARRETO, 2005, p. 48).

A sua preocupação na criação da amefricanidade, também é um posicionamento contra a potência hegemônica estadunidense, que se apossou do termo americano, daí a sua recusa por afro-americano ou africano-americano. No contexto brasileiro (sul-americano) e caribenho, de sociedades colonizadas pelos ibéricos, a autora localiza o tipo de racismo disfarçado em contraposição ao racismo aberto, em seus termos *racismo por denegação*, que foi eficaz na alienação e assimilação da superioridade do colonizador pelo colonizado. Aproveitando-se das categorias freudianas de *denegação*⁵⁰ e *objeto parcial*⁵¹, explica o encobrimento/desvelamento das marcas negras na formação histórico-cultural da América Ladina. “Por denegação da ladinoamefricanidade se inferiorizou negras e negros que representam a prova viva da amefricanidade ao mesmo tempo que diz não o fazer por meio da democracia racial” (GONZALEZ, 1988b, p. 69). Mas a recusa em admitir que o inconsciente brasileiro e caribenho é composto pela amefricanidade, é desvelada pelo falar pretuguês, “pela literatura, pelas fantasias sexuais: a bunda é o objeto parcial por excelência da nossa cultura” (GONZALEZ, 1988b, p.70).

Apesar da categoria se referir à interação das experiências negras na Diáspora e dos povos ameríndios, desconfio que tenha um peso maior a africanização do continente em sua análise. A autora é cuidadosa em seus textos sobre os efeitos do colonialismo, imperialismo e racismo sobre os povos negro e indígena, mas assim se refere ao caráter do termo:

(...) amefricanidade incorpora todo um processo histórico de intensa dinâmica cultural (adaptação, resistência, reinterpretção e criação de novas formas) que é *afrocentrada*, isto é, referenciado em modelos como: a Jamaica e o akan, seu modelo dominante; e o Brasil e seus modelos yorubá, banto e ewe-fon" (GONZALEZ, 1988b, p.76, grifos meus).

⁵⁰ Denegação (*Verneinung*): “processo pelo qual o indivíduo, embora formulando um de seus desejos, pensamentos ou sentimentos, até aí recalcado, continua a defender-se dele, negando que lhe pertença” (Laplace e Pontalis, 1970 apud GONZALES, 1988c, p.69).

⁵¹ Objeto parcial (*Partialobjekt*): “tipo de objetos visados pelas pulsões parciais, sem que tal implique que uma pessoa, no seu conjunto, seja tomada como objeto de amor. Trata-se principalmente de partes do corpo, reais ou fantasmadas (...), e dos seus equivalente, simbólicos. Até uma pessoa pode identificar-se ou ser identificada com um objeto parcial” (Laplace e Pontalis, 1970 apud GONZALES, 1988c, p.70).

A sua conversa, especialmente com o pan-africanismo⁵², desmistifica visões idealizadas de África, afinal as experiências de negras e negros no continente e suas interações com outros povos foram únicas e conduziram à criação de uma identidade específica, nova. O que não quer dizer que recusamos as profundas raízes que compartilhamos com África, elas fazem parte do nosso inconsciente, permeiam a nossa cultura e sempre se manifestaram pela resistência cotidiana, o que está em jogo é “a dinâmica cultural que não nos leva para o lado do Atlântico, mas que nos traz de lá e nos transforma no que somos hoje: amefricanos” (GONZALEZ, 1988b, p. 79).

A defesa do feminismo afro-latinoamericano

No final da década de 1980, Lélia Gonzalez se mostrava esperançosa pelas possibilidades de aproximação entre as mulheres amefricanas, ameríndias e brancas (que ela denomina latinas). As movimentações em torno de novas redes feministas permitiram vislumbrar caminhos para a inclusão do combate à discriminação racial pelo movimento de mulheres de modo articulado com a discriminação sexual. A sua defesa por uma luta feminista afro-latino-americana não desconsiderava a multiplicidade étnica e cultural da região, pelo contrário, a unidade teria como base a opressão racial histórica das mulheres amefricanas⁵³ e ameríndias, para além da opressão sexual.

Foram inquestionáveis as conquistas do movimento contemporâneo de mulheres, que ao desafiar os papéis sexuais atribuídos socialmente e denunciar o “caráter político do mundo privado” (GONZALES, 1988a, p.13) causou transformações que dificultaram retrocessos sociais, posto que, permitiu uma nova definição de mulher, um novo lugar. No entanto, a autora chama atenção para o esquecimento da questão racial, pois o feminismo teve como

⁵² De acordo com o portal Geledés: Pan-africanismo é o nome dado a uma ideologia que acredita que a união dos povos de todos os países do continente africano na luta contra o preconceito racial e os problemas sociais é uma alternativa para tentar resolvê-los. A partir dessa ideologia foi criada a Organização de Unidade Africana (1963), que tem sido divulgada e apoiada, majoritariamente, por afrodescendentes que vivem fora da África. Dentre as propostas da ideologia está a estruturação social do continente por meio de um remanejamento étnico na África, unindo grupos separados e separando grupos rivais, por exemplo, tendo em vista que isso aconteceu durante a divisão continental imposta pelos colonizadores europeus. Além do resgate de práticas religiosas, como culto aos ancestrais e incentivo ao uso de línguas nativas, anteriormente proibidos pelos colonizadores (<https://www.geledes.org.br/pan-africanismo/> Acesso em 12/11 às 16:42).

⁵³ Neste contexto, amefricanas se refere às mulheres negras da América Latina, a autora faz distinção entre as amefricanas e ameríndias. Em texto posterior em que Lélia cunha amefricanidade, mencionado anteriormente, o “termo designa toda uma *descendência*: não só a dos africanos trazidos pelo tráfico negreiro, como a daqueles que chegaram à América muito antes de Colombo” (GONZALEZ, 1988b, p. 77).

referencial teórico e prático o pensamento eurocêntrico e neocolonial (GONZALES, 1988a, p.13). A sua inquietação pelo esquecimento fez com que buscasse, novamente, explicações na psicanálise, desta vez em Lacan, para compreender a alienação do movimento feminista associando as categorias *infante* e *sujeito-suposto-saber*. Recorre à infante para mostrar o lugar ocupado pelas mulheres negras e indígenas que impedidas de produzir “o seu próprio discurso e, portanto, a sua própria história” (GONZALES, 1988a, p. 14), foram faladas por outras e outros. Já o sujeito-suposto-saber diz respeito “a conferir saberes a determinadas figuras que não o possuem” (GONZALES, 1988a, p.14); e a partir disso explica a subordinação do colonizado em relação ao colonizador, que inconscientemente internaliza a superioridade do dominador. Também justifica a utilização do movimento feminista de teorias outras, aceitas como universais, que não serviam para pensar a realidade de todas as mulheres da região sul-americana e caribenha.

A autora faz uma retomada histórica a fim de localizar o esquecimento da questão racial. A sua análise remonta à formação nacional de Espanha e Portugal: a guerra da Reconquista, além de uma dimensão religiosa - mouros vs cristãos - também teve uma dimensão racial, pois a maioria dos mouros eram negros. As sociedades ibéricas foram marcadas por profundas hierarquias sociais que impediram a ascensão, especialmente, dos grupos etnicamente minoritários. Às colônias de além-mar impôs-se a estratificação social e racial garantindo a dominância do grupo branco; mesmo após os abolicionismos e as independências, a igualdade se expressou como mera formalidade jurídica. O racismo latino-americano contou com a poderosa arma da ideologia do branqueamento, que incutiu no inconsciente dos grupos etnicamente dominados o desejo de limpar o sangue (GONZALES, 1988a, p.15).

O outro aspecto do racismo, que se articula com a ideologia do branqueamento, discutido anteriormente, é o mito da democracia racial, que foi acolhido por uma esquerda latino-americana que só tinha olhos para as contradições de classe, e por mais que tentassem se desviar de modelos externos, foram “metodologicamente *mecanicistas* (por eurocêntricas), e se tornaram cúmplices de uma dominação que pretendiam combater” (GONZALES, 1988a, p.16). O movimento feminista seguiu a tradição de pensamento que historicamente deixou de caracterizar como relevantes reflexões sobre raça/etnia. Sobre este aspecto, Lélia (1988a) se aproxima das pensadoras estadunidenses, que no mesmo período, destacavam a interconexão

entre as desigualdades raciais, sexuais e de classe, e a sobreposição de opressões no caso das mulheres negras e indígenas:

É importante insistir que no quadro das profundas desigualdades raciais existentes no continente, se inscreve, e muito bem articulada, a desigualdade sexual. Trata-se de uma discriminação em dobro para com as mulheres não-brancas da região: as amefricanas e ameríndias. O duplo caráter da sua condição biológica - racial e sexual - faz com que elas sejam as mulheres mais oprimidas e exploradas de uma região de capitalismo patriarcal-racista dependente. Justamente porque este sistema transforma as diferenças em desigualdades, a discriminação que elas sofrem assume um *caráter triplo*, dada sua posição de classe, ameríndias e amefricanas fazem parte, na sua grande maioria, do proletariado afrolatinoamericano (GONZALEZ, 1988a, p.17, grifos meus).

Diferentemente de Angela Davis (2016) que parte das relações de trabalho, ou seja, do papel das mulheres negras como trabalhadoras, para Lélia (1988a) nas amefricanas e ameríndias “a conscientização da opressão ocorre, antes de qualquer coisa, pelo *racial*” (GONZALES, 1988a, p. 18). A partilha de um passado de genocídio e escravidão aproximou homens e mulheres negras e indígenas que juntos lutaram pela sobrevivência, a “exploração de classe e discriminação racial constituem os elementos básicos da luta comum de homens e mulheres pertencentes a uma etnia subordinada” (p.18).

Apesar de posições de destaque nos movimentos indígena e negro, as amefricanas e ameríndias sofreram com comportamentos sexistas de seus companheiros, que reproduziram o padrão sexual dominante. Mas essas mulheres também não foram bem recebidas pelo movimento de mulheres que as excluíram através de atitudes racistas; o caminho então foi a criação de grupos étnicos de mulheres. Ao contrário da visão de bell hooks (hooks, 1981, p.205), que vê como sectária a criação de tais grupos, Lélia (1988a) mostrou a importância desses espaços como uma alternativa às mulheres que não foram amparadas pelos outros movimentos - étnicos e de mulheres. Outro grupo de mulheres negras, o Coletivo de Mulheres da Favela e Periferia (CEMUFPP), surgiu no mesmo período. Contudo, por sua origem, foi mais sensível às questões de classe, identificando o coletivo *N'zinga*, por vezes, como elitista, pois composto por mulheres negras de classe média secundarizou tais discussões. O primeiro Encontro Nacional de Mulheres Negras aconteceu em 1988, importante ano para o movimento negro brasileiro, um “momento de denúncia da farsa da abolição e da permanência da exclusão social dos afro-brasileiros” (BARRETO, 2005, p. 57).

Conclusões sobre os escritos de Lélia

A partir da produção de Lélia da década de 1980, ou melhor, dos poucos textos seus a que tive acesso, a localizo no campo do pensamento feminista negro e, portanto, como uma teórica da interligação das opressões. O reconhecimento da sua condição racial em determinado momento de sua vida alterou a sua produção acadêmica. Como outras mulheres negras mencionadas neste trabalho, sentiu pela ausência de estudos sobre as mulheres negras e indígenas, e disputou a produção de conhecimento que incorporasse as perspectivas de sujeitos que combinam diferentes formas de opressão.

A sua consciência primeira sobre os perversos efeitos do racismo levou à contestação do esquecimento da questão racial, ao mostrar que as nossas contradições internas não se restringem à classe social, mas também tem determinações de raça e sexo. Ao questionar, no campo epistemológico, a dominância da literatura eurocêntrica, propôs a adequação dos cânones à realidade da América Latina. Sua postura anticolonial e anti-imperialista motivou seus diálogos com outros atores - movimentos étnicos, acadêmicas, artistas, etc. - da região, a fim de estabelecer similaridades nos sistemas de dominação.

Outro fator de destaque em sua escrita é a linguagem, pois Lélia é desbocada e se entrega ao pretuguês com refinamento, “o que não significou a ausência de um rigor acadêmico” (BARRETO, 2005, p.33). Suas análises densas e sofisticadas descartam a formalidade que apaga os traços linguísticos da amefricanidade. Para falar sobre o grupo social ao qual está vinculada, busca o seu lugar enquanto mulher negra e recusa a infantilização, ser falada pelos outros: “o lixo vai falar, e numa boa” (GONZALEZ, 1983, p. 225). As suas contribuições para o movimento feminista são valiosas, pois ao adicionar as perspectivas marginais das mulheres negras e indígenas, pleiteou a dimensão racial como uma particularidade que no entrelaçamento de opressões confere outras violências. O seu intenso esforço no resgate de uma herança cultural negra que o discurso dominante pretende esquecer, se refletiu na afirmação de sua identidade racial, que é também a história de resistência e de luta de muitas outras mulheres negras: “tornar-se negra, portanto, é uma conquista” (GONZALEZ, 1988d, p.2).

4. Conclusão

A minha intenção neste trabalho foi resgatar e registrar a condição feminina negra por meio de relatos que me pareceram mais verdadeiros, pois trazidos por mulheres negras. A especificidade da situação da mulher negra escravizada reclama por uma análise complexa, que não elege como determinante apenas a esfera econômica do sistema escravista, mas considera as opressões de raça e de sexo que se sobrepõem e reforçam a dominação.

Em seus estudos, as autoras partiram da escravidão para compreender a subordinação dessas mulheres, pois os efeitos deste período são sentidos até hoje. Afinal, existe um “lugar” definido para a mulher negra. No entanto, o que me fascina em suas análises é que ao mesmo tempo que elas complexificam e inter-relacionam os sistemas de dominação, com zelo elas recuperam as muitas formas de resistência das mulheres negras. Apenas no período da escravidão elas foram ativas nas rebeliões, nos envenenamentos, nos abortos, no letramento clandestino, etc.

A vivência enquanto mulher negra direcionou os estudos das autoras que trabalhei, com proximidade entre a sua militância política e a sua produção acadêmica. O pensamento feminista negro valoriza as experiências dessas mulheres como fonte importante para a produção de conhecimento. De modo abrangente, devolve a subjetividade às mulheres negras, pois as reconhece como “sujeitas humanas” dotadas de capacidades. Neste caminho, Patricia Hill Collins nos lembra sobre a importância da autodefinição e da autoavaliação, pois foram muitos os estereótipos desumanizantes. Com carinho, ela fala sobre a importância de nos reconstruirmos, de rejeitarmos as imagens de controle que nos objetificam e nos definem como o outro. Outro ponto que a autora destaca sobre as feministas negras é o interesse pela cultura das mulheres negras, que faz emergir as resistências coletivas. O compartilhamento de uma realidade de subordinação as aproximou e permitiu que elas desenvolvessem laços profundos de solidariedade, entre si, e com a comunidade negra. A solidariedade feminina negra, a peculiaridade do exercício da maternidade - pois elas também reconheciam e cuidavam dos filhos da comunidade -, as expressões criativas que nutriram a alma das mulheres negras são representativas dessa cultura negra que foi tão desconsiderada nos estudos acadêmicos sobre o tema.

Patrícia Hill Collins me ajudou a pensar sobre os temas principais da produção feminista negra e também da especificidade de suas contribuições para a democratização dos estudos acadêmicos. Ao contestar os paradigmas produzidos pelas Ciências Humanas, referenciados no sujeito masculino branco, abriu espaços para a inclusão de perspectivas de outros grupos que fogem do padrão.

Nesta perspectiva, Angela Davis questiona a categoria mulher, que universalizou a experiência das mulheres brancas de classe média e alta, formalmente instruídas, e desconsiderou as mulheres negras, trabalhadoras e de minorias étnicas. Nos diferentes períodos históricos, o movimento de mulheres se esquivou em lidar com a questão racial e de classe, e por alguns momentos assumiu posição declaradamente racista e elitista. A sua investigação a partir do papel das mulheres enquanto trabalhadoras, denuncia os privilégios reservados às mulheres brancas burguesas. Como teórica marxista, Angela defende a luta feminista que combate as ideologias burguesa, sexista e racista forjadas pelo sistema econômico capitalista.

bell hooks também questiona o capitalismo, o patriarcado e o racismo. Mas a sua preocupação é dialogar especialmente com as mulheres negras que, atravessadas pelos múltiplos sistemas de dominação, precisam se fortalecer. Em sua obra se preocupa com a ausência das mulheres negras do movimento organizado de mulheres e investiga o porquê do distanciamento. Assim, denuncia o sexismo dos homens negros e o racismo das mulheres brancas, pois ambos os grupos agiram como opressores das mulheres negras. As críticas que a autora faz ao movimento feminista hegemônico contemporâneo à sua obra, destaca que as feministas se iludiam ao combater apenas a opressão sexista, pois na vigência de outros sistemas de dominação, não há liberdade. Além, por excluir outras mulheres, invisibilizaram violências - de raça e classe - e impediram a criação da solidariedade feminina, que é fundamental na luta por libertação das mulheres e dos homens. Para a autora, o feminismo é necessário para a transformação social radical.

Com Lélia Gonzalez aprendi sobre as experiências femininas negras e indígenas brasileiras. A autora também responsabiliza os movimentos - negro/étnico e feminista - pela exclusão das mulheres negras e indígenas, que precisaram se organizar separadamente para ter as suas demandas reconhecidas. Na sua produção acadêmica enriqueceu os estudos sobre a condição feminina negra, enaltecendo as contribuições dessas mulheres para a cultura

brasileira. Através de categorias próprias e do apoio da Psicanálise, resgatou a herança africana e ameríndia ao tirar a centralidade das contribuições brancas europeias.

Com o apoio dessas autoras, me orgulho das histórias que foram recuperadas. A partir de uma perspectiva humanista, seus escritos me ajudaram a pensar sobre os caminhos da luta feminista e me sensibilizaram para outras formas de opressão que estão além da classe, da raça e do sexo. Como uma mulher negra, não posso compactuar com a estigmatização de outros grupos, pois todo indivíduo tem o direito de ser reconhecido como sujeito pleno. A luta política comprometida com a eliminação das desigualdades pede pelo enfrentamento da dominação de todos os grupos oprimidos. Só por este caminho podemos vislumbrar a liberdade.

5. Referências Bibliográficas

- AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidade*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. p.19
- BARRETO, Raquel Andrade. *Enegrecendo o Feminismo ou Feminizando a Raça: Narrativas de Libertação em Angela Davis e Lélia Gonzalez*. Dissertação (Mestrado em História) - Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, p.10-93.2005.
- BREDA, Tadeu. *Quem é bell hooks?* Disponível em <https://www.editoraelefante.com.br/quem-e-bell-hooks/>. Acesso em 08 nov. de 2019.
- CHAVES, Wanderson (2017). *A Doutrina Moynihan: o debate sobre a raça e o negro nas conferências de 1965 da Fundação Ford e da Academia Americana de Artes e Ciências*. **Angelus Novus**, p.146-148.
- COLLINS, Patricia Hill. *Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro*. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 31, nº1, p.99-127, 2016.
- DAVIS, Angela. *Mulheres, Raça e Classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- GONZALEZ, Lélia. *Racismo e sexismo na cultura brasileira*. **Revista Ciências Sociais Hoje**, Brasília, ANPOCS n. 2, p. 223-244, 1983.
- GONZALEZ, Lélia. *A categoria político-cultural de amefricanidade*. **Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, n. 92/ 93, p. 69-82, jan./jun. 1988a.
- GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afrolatinoamericano*. **Revista Isis Internacional**, Santiago, v. 9, p. 133-141, 1988b.
- hooks, bell. *Não sou eu uma mulher? Mulheres negras e feminismo*. Disponível em https://plataformagueto.files.wordpress.com/2014/12/nc3a3o-sou-eu-uma-mulher_traduzido.pdf. Acesso em 07 out. de 2019.
- hooks, bell. *Aint' I a woman: Black women and feminism*. Boston: South End Press, 1981
- TREECE, David. *Candeia, o projeto Quilombo e a militância antirracista nos anos 1970*. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, Brasil, n. 70, p. 167, ago. 2018.

TRUTH, Sojourner. E não sou uma mulher? Disponível em <https://www.geledes.org.br/e-nao-sou-uma-mulher-sojourner-truth/>. Acesso em 17 nov. de 2019.